

3

As formações discursivas em *Os sertões*

Na ficção narrativa de Euclides da Cunha, narrar significa invencionar a Nação.

Ronaldes de Melo e Souza

Iniciaremos o processo de interpretação do acontecimento ‘Guerra de Canudos’ à luz da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Para podermos, no entanto, compreender como os efeitos de verdade se constituem, interpretaremos também, com o intuito de enriquecer a nossa dissertação, as reportagens e os telegramas escritos e enviados por Euclides da Cunha, correspondente de guerra e adido do Ministro da Guerra, para o jornal *O Estado de S. Paulo*.

O que nos parece importante ressaltar é o questionamento sobre o que seria a Guerra de Canudos, como a compreenderíamos, caso Euclides da Cunha não houvesse escrito o seu livro-vingador, *Os sertões*. Quais seriam os discursos do verdadeiro a respeito do acontecimento? Embora a questão pareça despropositada, simplesmente pelo fato irrevogável de existir a obra, a pergunta não deixa de ser válida para apontarmos a possibilidade de existência de um outro modo de compreender, um novo sentido do verdadeiro, no que diz respeito à campanha de Canudos. Com isso, queremos dizer que a escritura e a publicação de *Os sertões*, por seu autor, foi o despertar de um novo sentido histórico para a Guerra de Canudos.

Cem anos após a publicação da primeira edição de *Os sertões*, o jornalista Percival de Souza defende que sem o livro-vingador euclidiano a história não teria chegado tão longe. Antonio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antonio Conselheiro, tornado inimigo número um do Estado, nascido em Quixeramobim, no Ceará, arrebanhou centenas de fiéis no arraial de Canudos. Quatro expedições foram necessárias para destruir os seus ideais e de seu povo sertanejo; anseios de um outro Brasil, não conhecido pelo homem do litoral.

Sem Euclides repórter-escritor, é bem provável que a história de Canudos fosse sepultada. Tanto que durante meio século Canudos não passou de um mero apêndice de *Os sertões*. O arraial tornou-se prisioneiro de Euclides. Que demorou cinco anos para publicar o livro após a destruição de Canudos, em 5 de outubro de 1897 (SOUZA, 2002, p. 85).

A obra euclidiana *Os sertões* é uma catarse, escreveu Percival de Souza. Catarse que trouxe à tona “a degola de centenas de prisioneiros, famintos e indefesos, gargantas cortadas ou cabeças decepadas pelo método que os militares enfurecidos chamavam de *gravata vermelha*” (SOUZA, 2002, p. 85). Durante muitos anos, Canudos ficou conhecido, simplesmente, como “história de Euclides” (Id, p, 85). O presidente Getúlio Vargas se interessou por Canudos após ter lido o livro-vingador euclidiano. Gostou tanto da obra que visitou o lugar de acontecimento da guerra e “prometeu construir o açude de Cocorobó para aproveitar as águas do rio Vaza-Barris” (SOUZA, 2002, p. 85). A promessa foi cumprida pelo regime militar, no ano de 1969. Mas Percival de Souza afirma:

A rigor, evitava-se o tema Canudos. Para o exército, uma humilhação: três expedições militares foram rechaçadas, na tentativa de reduzir o arraial a pó, sendo particularmente traumática a terceira, quando foi morto pelos sertanejos, precursores das guerras de guerrilhas, o famoso comandante-coronel Moreira César. A quarta expedição, sob o comando do general e supervisionada diretamente pelo ministro da Guerra, também não sucumbiu por pouco. Para a Igreja Católica, constrangedor: a intransigência religiosa do clero, que não aceitava de modo algum a liderança do carismático leigo Conselheiro e mandou para a caatinga como emissário um frei italiano, que repellido insuflou ataques contra o líder religioso. Para as autoridades, lamentável: um juiz de Direito inventou dolosamente que uma cidade seria invadida pelos seguidores do Conselheiro e foi o causador direto do envio da primeira expedição. Quando as águas do Cocorobó encobriram Canudos, parecia mesmo que era intenção deliberada manter encoberta para sempre a estranha e vergonhosa destruição do arraial que a República, proclamada recentemente, considerava uma perigosa ameaça (SOUZA, 2002, p. 86).

Os primeiros relatos de sobreviventes vieram a público através da *Revista Cruzeiro*, quando decidiu enviar repórter e fotógrafo para o palco dos acontecimentos. Apesar do desejo de encobrimento da hecatombe sertaneja, Canudos não poderia ser mais ignorada. Percival de Souza, no entanto, observa que a voz de Euclides da Cunha ressoou sozinha, pois apesar de ter havido outros repórteres na frente de batalha, outras vozes de denúncia a respeito de Canudos, somente a obra euclidiana foi guardada pela História. Como os que escreveram e foram contemporâneos ao acontecimento, Percival de Souza aponta: Manoel Benício, do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro; Alvim Martins Horcades, voluntário nos hospitais de sangue, pela Faculdade de Medicina da Bahia, que escreveu em tom de denúncia o livro *Descrição de uma viagem a Canudos*, publicado três anos antes de *Os sertões*; Machado de Assis, que também “foi voz bem isolada nas suas desconfianças” (Id, p, 87), que escreveu sobre o tema até oito meses antes da derrocada do arraial. Mas é a frase de Euclides da Cunha, no que trata aos

últimos momentos da hecatombe sertaneja, que foi esculpida em bronze, no Memorial de Canudos:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam ruidosamente cinco mil soldados (CUNHA, 2003, p. 756).

Outro ponto importante abordado por Percival de Souza é quando ele se pergunta sobre o drama vivenciado por Euclides da Cunha, recluso na pequena cidade de São José do Rio Pardo. No momento em que exercia o ofício de engenheiro na reconstrução da ponte da pacata cidade, Euclides utilizava-se de seu tempo livre para escrever o que viria a ser o seu livro-vingador.

Como repórter, enfrentava severas limitações, entre elas o fato de acompanhar a quarta expedição como membro do Estado Maior. Os segredos da batalha, no auge das emoções, eram ainda mais impenetráveis e difíceis de relatar, considerando-se que a opinião pública fora insuflada para odiar Antonio Conselheiro e os habitantes do arraial (SOUZA, 2002, p. 86).

Para o jornalista, os melhores momentos de *Os sertões* constituem-se em “O Homem” e “A Luta”, que para ele nada mais são que grandes reportagens. “Como num filme bem montado, a expressão jornalística é densa, movimentada e dinâmica” (SOUZA, 2002, p. 88). Percival de Souza não tem dúvida, para ele: “Se Euclides da Cunha não tivesse escrito *Os sertões*, seria como se a História não tivesse chegado tão longe. Muito se falou e se fala sobre Canudos” (Id, p. 87-88). Mas quem lançou o marco inicial para toda essa confluência de vozes canudenses foi Euclides da Cunha com a publicação de *Os sertões*.

É importante ressaltarmos a ínfima parte que abordaremos em *Os sertões*. A obra euclidiana de caráter inesgotável, que se desdobra ao infinito a partir das seis máscaras narrativas apontadas por Ronaldo de Melo e Souza, não cabe em pretensões de esgotamento. Por ser, este trabalho, uma dissertação de mestrado, temos, simplesmente, a intenção de aclarar alguns aspectos no que dizem respeito às formações discursivas em *Os sertões*, reportagens e telegramas escritos por Euclides da Cunha. Lembrando que desenvolveremos ainda o estudo das formações discursivas em *Abusado: o dono do morro Dona Marta*, do jornalista Caco Barcellos, vale ressaltar que a explanação no que trata às obras referidas será de caráter breve e pontual.

3.1.

O jornalista Euclides da Cunha

Euclides da Cunha, por ter reconstruído a ponte em São José do Rio Pardo, momento de sua vida em que escreveu *Os sertões*, tornou-se mais conhecido como engenheiro do que como jornalista, é o argumento de Carlos Marcos Avighi, em sua tese de doutoramento *Euclides da Cunha jornalista*, na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo.

Euclides da Cunha atuou na imprensa ao longo de toda a sua vida. Mas não é o fato de escrever e publicar em periódicos que faz de um indivíduo jornalista, mas sim a identificação de uma prática estruturada, inerente ao texto produzido por seu autor (Avighi, 1987, p. 14). “Euclides da Cunha foi um dos jornalistas nos quais se manifestou um dos traços mais relevantes da moderna imprensa no Brasil: deixar de ser uma atividade subalterna” (AVIGHI, 1987, p. 20). Em um momento da história da imprensa brasileira em que o jornalismo era produzido, essencialmente, por profissionais oriundos de outras áreas, por intelectuais, cuja dedicação ao jornalismo era uma excepcionalidade em seu cotidiano de vida, Euclides da Cunha desponta como um profissional que dava à imprensa “uma opção de primeira hora” (Id, p. 20).

O processo de aprendizagem do ofício de jornalista demonstra que Euclides da Cunha soube, a partir do jornalismo que era exercido em seu tempo, interpretar a sua época. A produção jornalística euclidiana foi, no entanto, ofuscada pela publicação do monumental *Os sertões*. A importância do trabalho de Carlos Avighi está no resgate da memória jornalística de Euclides da Cunha, para a História da Imprensa no Brasil.

A formação do jornalista não se limitou ao domínio da técnica do jornalismo, mas “na astúcia em saber ouvir sem se deixar manipular, no indispensável esforço de conferir e de avaliar” (AVIGHI, 1987, p.17).

Avighi fala da dificuldade de Euclides da Cunha em escrever no ritmo acelerado, requerido pelos prazos de fechamento da redação, conforme depoimentos de seus colegas. Dificuldade que Euclides só conseguiria vencer no momento em que escrevia como correspondente de guerra, na campanha de Canudos, pois Euclides da Cunha era mais afeito ao texto refletido e meditado na calma das horas.

As matérias de Canudos demonstram que Euclides da Cunha superou aquela dificuldade inicial com o texto rápido. Assim não fosse teria sucumbido diante do torvelinho da

guerra. Mas respondeu ao ritmo dos acontecimentos com uma sucessão de telegramas e reportagens precisas, informativos e redigidos no estilo direto e objetivo. Algumas das matérias, inclusive as longas, como a de 1º de outubro, foram escritas no mesmo dia em que ocorriam os eventos reportados. Tendo em vista as características do estilo jornalístico da época, os dissabores no cumprimento do ofício em pleno desenrolar das batalhas e cotejando suas reportagens com as de seus colegas correspondentes em Canudos, verifica-se que Euclides da Cunha nada fica a dever. Ao contrário, era bem mais ágil na cobertura e no texto (AVIGHI, 1987, p. 176).

Outra lição, apontada por Avighi, data da publicação, em *O Estado de S. Paulo*, em 16 de agosto de 1897, quando o correspondente na campanha de Canudos descobriu que tinha enviado informações errôneas recebidas de oficiais do exército. Não por menos escreveu, “Procurar-se a verdade neste torvelinho é impor-se a tarefa estéril e fatigante de Sísifo¹” (CUNHA, 2000, p. 98). Após confessar o equívoco, Euclides da Cunha modificou o seu processo de trabalho ampliando as suas fontes, utilizando-se de documentos e confrontando a informação do entrevistado com a de outras fontes. Não se tem menção de nenhum outro momento em que Euclides da Cunha necessitou desculpar-se por envio ou publicação de informações equivocadas. Para Cunha, “estar informado tinha por finalidade bem informar. Abstraído o gosto pessoal pelo estudo, permitia coadunar à imprensa periódica os temas da época, sob a mediação do conhecimento e de uma linguagem mais acessível” (AVIGHI, 1987, p. 18). Euclides da Cunha escreveu na reportagem enviada da Bahia, no dia 16 de agosto:

Os próprios soldados, rudes homens sinceros, despeados das paixões que enlaçam os que atuam num plano superior da vida, não acordam muitas vezes no que afirmam. Muitos lá estiveram desde as primeiras expedições e confessam ingenuamente, lealmente, que nada sabem, nunca viram o inimigo senão depois de morto, nunca o viram frente a frente, braço a braço, na refrega do combate, não o conhecem absolutamente, não sabem quantos existem (CUNHA, 2000, p. 98).

À época de Euclides da Cunha, a imprensa não dava muita importância à opinião pública, com raras exceções como a da *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, conforme observou Nelson Werneck Sodré (1977).

Seja como for, é fato que Euclides da Cunha sempre procurou alcançar a opinião pública, como o demonstram o publicismo que escreveu contra a monarquia, a defesa do governo de Floriano Peixoto e os textos jornalísticos que escreveria até o fim da vida. O jornal ‘O Estado de São Paulo’, periódico para o qual mais escreveu, era um jornal eminentemente político (AVIGHI, 1987, p. 21).

¹ *Sísifo* é um personagem da mitologia grega que recebeu a punição de empurrar um rochedo ladeira acima por infinitas vezes.

Carlos Avighi aponta o caráter conjuntivo de Euclides da Cunha e do jornal *O Estado de S. Paulo* como “traços modernos da imprensa no Brasil”. Segundo o pesquisador, essa conjunção ficou claríssima com o envio de Euclides da Cunha como correspondente na campanha de Canudos. Pela primeira vez, *O Estado de S. Paulo* utilizava-se da figura do correspondente para acompanhar o acontecimento “in loco”. Avighi indica a modernidade euclidiana no trato do texto jornalístico a partir da diferenciação entre as matérias enviadas por Euclides da Cunha, quando correspondente, e de outros repórteres, que também acompanharam a campanha.

As matérias da guerra também demonstram a modernidade do trabalho de Euclides da Cunha, uma vez que se apóiam em pesquisa, não se limitando à simples repetição dos eventos. Ao invés de transcrever notas oficiais, buscam a verdade dos fatos, sempre experimentando um ângulo novo (AVIGHI, 1987, p. 22).

Segundo Nelson Werneck Sodré (1977), outra novidade foi a utilização do telégrafo ao longo da Guerra de Canudos. Recurso técnico que havia sido utilizado apenas por “A Notícia”, em 1895 (Cf. SODRÉ). Euclides da Cunha, utilizando-se do recurso ao longo da campanha, diz sobre a importância e força do novo meio técnico: “E as linhas do telégrafo transmitiram ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja...”.

Euclides da Cunha estava sintonizado com as mais recentes conquistas do jornalismo brasileiro da época. No plano estritamente empresarial, suas relações conhecidas com os periódicos apontam um único critério claro: opção por jornais republicanos, moderados e modernos (AVIGHI, 1987, p. 24).

Euclides da Cunha, apesar de ter escrito, entre outros periódicos de seu tempo, para o “Jornal do Comércio” e “Jornal do Brasil”, ambos do Rio de Janeiro, é identificado com o periódico “O Estado de S. Paulo” devido ao acontecimento da Guerra de Canudos. Avighi apresenta Euclides da Cunha como um jornalista competente, que fez uso de enorme variedade de gêneros jornalísticos em sua época, por exemplo, o jornalismo opinativo, político, publicista, científico, internacional, chegando a escrever até mesmo crítica de arte. Neste último gênero, segundo o pesquisador euclidiano (1987, p. 25), mostrou-se desastroso devido à sua enorme carga “cientificista em suas concepções estéticas”. Mas a grande sensibilidade de Euclides da Cunha era em

refletir sobre os temas brasileiros, no que diz respeito ao seu talento em “invenção da Nação²” (SOUZA, p. 07, 2007).

Euclides da Cunha pôde, no entanto, demonstrar que o seu talento não se restringia ao jornalismo de opinião, pois quando enviado como correspondente à Guerra de Canudos, mostrou-se competente repórter e noticiário.

Enviou da frente de combate seguidas notas rápidas, que denominava ‘telegramas’, às vezes mais de um por dia, noticiando os eventos urgentes. Destacam-se, entretanto, as reportagens diárias, mais alongadas, dando conta do desenrolar da guerra, registrando os fatos atuais, discorrendo sobre o conflito e dando informações que não se encontram nos demais correspondentes (AVIGHI, 1987, p. 26).

As reportagens de Canudos podem ser consideradas matérias interpretativas por ampliar o conhecimento da coletividade em relação ao acontecimento, e, além de ampliar, esclarecem o que não é claro para o grande público. A concepção clássica de reportagem interpretativa aponta as seguintes características: apreensão substancial do evento, identificação de suas razões profundas, análise e comparação do acontecimento e julgamento objetivo, a partir de um conhecimento acumulado sobre o acontecimento. José Marques de Melo, no entanto, não reconhece o jornalismo interpretativo. Para o pesquisador, há o jornalismo opinativo e informativo, este abarcaria as características clássicas do jornalismo interpretativo. “Em conjunto, a obra jornalística de Euclides da Cunha, mais que a ‘reprodução do real’, procurou ‘ler o real’” (AVIGHI, 1987, p. 27).

Carlos Marcos Avighi refletiu ainda sobre a relação entre o jornalista científico e o correspondente de guerra, que se uniam na pessoa de Euclides da Cunha. Assim, escreveu que o “jornalismo científico e a correspondência de guerra uniam-se pela mediação da natureza, mesmo porque os dados naturais eram imprescindíveis para explicar a própria guerra” (AVIGHI, 1987, p. 223). Ao avistar o arraial de Canudos, Euclides da Cunha escreveu:

... E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos.

Refreei o cavalo e olhei em torno.

É extraordinário que os que aqui têm estado e escrito ou prestado informações sobre esta campanha, nada tenham dito ainda acerca de um terreno cuja disposição

² O pesquisador Ronaldo de Melo e Souza escreveu a tese *A geopoética de Euclides da Cunha*. O acesso ao trabalho se deu via site Casa de Cultura Euclides da Cunha. A tese está disponível em:

<<http://www.casaeuclidiana.org.br/download/default.asp>>

topográfica e constituição geológica são simplesmente surpreendedoras (CUNHA, 2000, p. 174).

Avighi diz ainda: “Decerto os sertanejos eram os filhos diletos do meio áspero que não lhes negava subsistência mesmo nas épocas mais ingratas do ano” (Id, p, 223). Para Euclides da Cunha, a terra era providencial para o sertanejo e agressiva para aqueles que não a conheciam. Como observou Ronaldo de Melo e Souza, a terra euclidiana torna-se protagonista no drama gnosiológico dos sertões. Ao passo que adentrava o sertão adusto, o jornalista-pesquisador “mostrou-se cada vez mais surpreso com a variedade da paisagem que lentamente desvelava e que era ainda tão pouco conhecida da maioria dos brasileiros” (AVIGHI, 1987, p. 224).

Vale acrescentar a reflexão que Carlos Avighi realiza sobre o cenário mágico da caatinga, sobre um Brasil e um brasileiro absolutamente desconhecidos do Brasil do litoral.

Tal como este vento silencioso e inapreensível, o sertanejo oculto nas caatingas participava do clima dramático e mágico, abatendo batalhões inteiros sem que se o percebesse. Homens sobre os quais os soldados criavam lendas, seres intangíveis; morto aqui, ressurgia acolá. Este ambiente era fruto da terra desconhecida, da ‘presença avassaladora’ da natureza sertaneja, eterna presença das reportagens da guerra e do ‘Os Sertões’. O grande cenário, admirável personagem aliada dos jagunços, inimiga das forças governamentais, assumia nas reportagens a vibração de entidade viva. Na reportagem de 9/10 de setembro, a natureza aparecia para Euclides da Cunha como um ser vivente: ‘a natureza inteira ainda se prepara para a organização superior da vida’. Em suma, o homem, o espaço e o tempo (AVIGHI, 1987, p. 226).

O jagunço é retratado como *Anteu*³, imagem da mitologia grega, na reportagem do dia 2 de setembro, em Queimadas, para retratar a força da natureza antagônica, da terra adusta, que parece reproduzir o mito de *Anteu* para cada jagunço. Assim, Euclides escreveu: “Canudos cairá pelo assalto. Assalto violento, brusco e rápido, porque vencido o inimigo que pode ser vencido, morto o inimigo que pode ser morto” (CUNHA, 2000, p. 144).

³ *Anteu* é um personagem da mitologia grega. Filho da mãe Terra, Anteu não conseguia ser vencido na luta, pois no combate corpo-a-corpo a sua mãe sempre lhe renovava as forças todas as vezes que o filho tocava o chão. Hércules só conseguiu estrangulá-lo ao descobrir que deveria erguê-lo nos seus braços.

3.2.

Os vários Brasis de Euclides

O verdadeiro Brasil nos aterra.
Euclides da Cunha

Euclides da Cunha viveu e produziu a sua obra em um momento de grandes transformações no pensamento, na política e na tecnologia. Apesar de o país estar passando pelo seu momento mais significativo no que diz respeito à sua história independente, não conseguia encontrar os meios para efetivar a construção nacional, argumenta Carlos Marcos Avighi.

A própria idéia nacional perdia-se na esterilidade da política miúda da rua do Ouvidor, desqualificada para enfrentar o desafio representado pela ignorância quase absoluta do território brasileiro e das populações sertanejas, pelo desequilíbrio regional e pelo abandono do interior do país (AVIGHI, 1987, p. 30).

Existia enorme ignorância em relação ao interior do país, ao seu território e população. Ignorância sobre os desequilíbrios regionais e o abandono do interior. É bastante significativo o que diz Euclides da Cunha em *Os sertões*: “o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...” (CUNHA, 2003, p. 270).

Maria Alzira Brum Lemos diz que *Os sertões* é ao mesmo tempo um texto literário, jornalístico e sociológico que permanece ainda atual, podendo ser utilizado como fonte e/ou documento para se compreender o Brasil nos primeiros anos da República, além de se poder interpretar os aspectos da Modernidade. Além disso, é importante ressaltarmos que *Os sertões* também é interpretado a partir de seu viés geográfico. Para a pesquisadora, a mestiçagem é o grande objeto euclidiano, que foi entendido, em um primeiro momento, como a mistura de raças e etnias, sendo compreendido mais tarde como o conflito existente na convivência de culturas diversas.

Uma das maneiras mais insistentes de pensar a produção simbólica brasileira passa pelo conceito de ‘influência’ das teorias européias. *Os sertões* tem sido entendido, via de regra, à luz de teorias antropológicas, sociológicas e psicológicas coevas a Euclides, as quais seriam responsáveis por um certo - ‘fracasso’ de Euclides para perceber as complexidades que envolviam a repressão aos canudos. Darcy Ribeiro, por exemplo, reconhecendo *Os sertões* como uma narrativa pioneira das contradições do país,

considera que Euclides esteve ‘mais abandonado que amparado pela ciência de seu tempo’ (LEMOS, 2002, p. 68).

A obra euclidiana, à luz de teorias contemporâneas, pode ser interpretada “como uma contribuição original ao conhecimento das realidades e, mesmo, como uma via para pensar as teorias européias” (LEMOS, 2002, p. 68). Maria Alzira Lemos compreende a produção simbólica como linguagem no sentido de construir significados diversos para os contextos lingüísticos, regionais, locais etc. Segundo ela, *Os sertões* é um clássico no sentido apontado por Ítalo Calvino (1992, p. 15-16): “Um destes textos que nos chegam trazendo impressa a marca das leituras que precederam a nossa e detrás desta a marca que deixaram na cultura”. Assim, a obra euclidiana permanece sendo um caminho de compreensão da cultura brasileira, especialmente, no que trata sobre a complexidade entre os variados segmentos constituidores da sociedade. Euclides da Cunha, enquanto correspondente de guerra, redesenhou o que seria Canudos. Embora o seu arcabouço teórico tenha sido gestado a partir de teorias “insuficientes e anacrônicas, como o positivismo e o evolucionismo, de viés determinista, foi capaz de descrever os rebeldes como ‘pobres patrícios’” (LEMOS, 2002, p. 80). Euclides, com sua obra-monumento, insurgiu um outro olhar de compreensão sobre o sertanejo e o sertão, um outro modo de se compreender a cultura brasileira.

Ao colocar a figura do narrador frente à sua própria ambigüidade, entre ser elite e ser ‘brasileiro’, o autor de *Os sertões* terá ido muito além ao descrever, nas entrelinhas, e a partir da inserção irremediável do autor no problema abordado, a irracionalidade da ‘civilização’, e da forma moderno-científica, ‘racional’, de pensamento e conhecimento, em sua guerra contra a ‘barbárie’ (LEMOS, 2002, p. 80).

O tempo presente surge cada vez mais acelerado e fugidio, no entanto, há obras, livros, que se mantêm conectadas ao presente, apesar de séculos de distância. Como podemos compreender a obra viva? Esse é o questionamento da pesquisadora Regina Abreu que se pergunta sobre o porquê de uma obra se manter viva, resistir, insistir, no tempo, enquanto outras rapidamente são esquecidas. Assim, Abreu reflete sobre as forças antagônicas, memória-esquecimento:

O que de essencial, crucial, de atávico existiria em obras que batizamos de clássicos e que merecem contínuas comemorações, atualizações, reedições e mesmo cultos e adorações? A que função social estas obras estariam servindo, uma vez que em tudo e por tudo elas parecem justamente caminhar no sentido inverso em que se projetam as forças dominantes de um mundo que se movimenta incessantemente através do ato de

construir para destruir? Para que guardar, conservar, preservar se tudo pode ser reinventado, refabricado, reatualizado? Qual a lógica que preside a perenização num contexto em que nada é feito para durar? (ABREU, 2002, p. 222).

A pesquisadora, após realizar o estudo das sociedades tradicionais e o da sociedade ocidental e letrada, a partir das pesquisas de Pierre Nora⁴, argumenta sobre a importância de *Os sertões* no contexto brasileiro:

Os sertões é um livro-memória, um livro sagrado da Memória Nacional. Talvez um dos poucos que tenham sobrevivido ao expurgo empreendido pela ciência histórica. Mas, fundamentalmente, um livro carregado de significações e cuja importância reside em metaforizar alguns dos dilemas nacionais. Desse modo, ele é para o Brasil o que o machado de pedra arqueológica é para os índios Drahó do norte de Goiás. Enquanto artefato-símbolo ele nos conecta com um tempo de fundação da nação republicana, sendo o próprio Euclides da Cunha personagem-símbolo da história desta fundação. Ao estar associado a este caráter fundante do nacional, o livro se articula diretamente ao processo de construção da identidade nacional (ABREU, 2002, p. 225).

O monumento, desde suas origens, remeteu-se à memória social, realizando o resgate de um passado autêntico. O monumento funda, atualiza, a tradição, enquanto agente da memória social, o monumento reconecta o passado ao presente, a partir da mediação da afetividade, argumenta a historiadora Françoise Choay (2001). Para ela, o monumento age no processo de rememoração não de um passado qualquer, mas de um passado que traz à memória elementos vitais para a preservação da identidade de uma comunidade, seja ela, familiar, religiosa, tribal, étnica etc. O monumento torna-se um ato de resistência à morte de uma cultura, tradição. À luz de Françoise Choay (2001), Regina Abreu reconhece *Os sertões* como um livro-monumento, por a obra realizar a atualização, a insistência, de um passado autêntico que se conecta ao presente.

Enquanto livro consagrado, *Os sertões* passou para a história como documento sui generis, fonte de uma narrativa considerada autêntica sobre uma passagem sangrenta da história do país. Sua monumentalização conferiu um aspecto sagrado a esta narrativa. Intitulado 'Bíblia da Nacionalidade', *Os sertões* passou a vigorar enquanto um livro de verdades sobre o país, expondo suas contradições, seus dilemas, suas questões mais candentes. Se, num primeiro momento, pretendeu apenas discorrer sobre um acontecimento trágico que envolveu diferentes forças sociais no início do período republicano, o livro terminou se tornando um libelo sobre alguns dos pressupostos que deveriam nortear a implantação da nação republicana (ABREU, 2002, p. 227).

⁴ Criador da expressão 'lugares de memória', Nora aponta o paradoxo: a exacerbação do discurso sobre a memória, na sociedade ocidental e letrada, convive com a imensa perda de memória nessa sociedade.

Segundo Jacques Le Goff, a memória coletiva⁵ e, por outro lado, a história, seu representante científico, utilizam-se dos documentos e dos monumentos⁶. O que sobrevive, no entanto, não é o passado em si, mas aquilo que foi escolhido para sobreviver, “quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2003, p. 525). Assim, os monumentos apresentam-se como herança do passado e os documentos a partir das escolhas realizadas pelos historiadores.

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 2003, p. 526).

Sobre a palavra documento, Jacques Le Goff escreve,

O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX (LE GOFF, 2003, p. 526).

Com o passar do tempo, houve o triunfo do documento sobre o monumento para o discurso da história. O documento teve, no entanto, o seu momento triunfal no positivismo, quando o triunfo do documento coincide com o triunfo do texto. Desse momento em diante, “todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento” (LE GOFF, 2003, p.

⁵ Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/ presente), produz diversos tipos de *documento/ monumento*, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (LE GOFF, 2003, p. 419).

⁶ Enquanto *conhecimento* do passado, a *história* não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da *memória* coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos, nos quais, submetendo-os à *crítica* histórica, se baseava.

Hoje o *método* seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos de *coleção*, os tipos de *habitação*, a *paisagem*, os fósseis e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens. Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (LE GOFF, 2003, p. 525).

529). Mas, a compreensão da obra *Os sertões* como um livro-monumento implica em concebê-la como evocação não de um passado qualquer, mas de um momento vivo da memória coletiva brasileira. O livro-monumento com o seu caráter de iluminação clarifica, desvela o acontecimento 'Guerra de Canudos'. *Os sertões* além de iluminar e evocar o passado autêntico o re-constrói a partir do presente evenemencial, reconstituindo também o futuro.

O passado é difícil de ser pensado, pois sempre o estamos a interpretar a partir de nossa compreensão do tempo atual, no entanto, a nossa tentativa é válida, devemos seguir com ela. Esse é o argumento de Mario Jorge da Fonseca Hermes ao expor os antecedentes da Guerra de Canudos.

Segundo Hermes, o acontecimento foi ignorado pela historiografia oficial, pois se não fosse Euclides da Cunha, com a publicação de *Os sertões*, a Guerra de Canudos teria sido relegada ao esquecimento. O livro-vingador trouxe à tona a questão da guerra e, apesar das discordâncias dos historiadores em relação ao acontecimento, um ponto tornou-se unânime, o fato de a guerra ter sido incoseqüente e burra. Compreender a Guerra de Canudos, para Hermes, implica em compreender o sertão e o sertanejo, percurso percorrido por Euclides da Cunha.

3.2.1.

Documento vivo de atavismo

A pessoa de Antônio Conselheiro é polêmica. Para uns, foi um demente, seqüelado pelo casamento mal sucedido. Para outros, um santo, que lutou para o bem-estar e a vida eterna dos mais pobres e justos; pelo inferno dos ímpios e pecadores. O próprio Conselheiro impôs-se uma rara disciplina, rígida, ascética que lhe enrijeceu a mente e o corpo. Sobre os atributos que caracterizaram a figura de Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha escreveu na reportagem do dia 23 de agosto:

Tudo é relativo; considerá-lo um fanático vulgar é de algum modo enobrecê-lo. A matemática oferece-nos neste sentido uma apreciação perfeita: Antônio Conselheiro não é um nulo, é ainda menos, tem um valor negativo que aumenta segundo o valor absoluto da sua insânia formidável. Chamei-lhe por isso, em artigo anterior, - grande homem pelo avesso (CUNHA, 2000, p. 122).

Segundo Carlos Marcos Avighi, o período em que Euclides da Cunha passou em Salvador, antes de seguir para a frente de combate, foi de extrema importância para o jornalista realizar pesquisa nos arquivos públicos, com o intuito de compreender a figura de Antônio Conselheiro.

A pesquisa realizada sobre a figura de Antônio Conselheiro foi com certeza o fato jornalístico mais relevante no conjunto das informações da guerra até então noticiada. Além disto, a pesquisa empreendida por Euclides da Cunha nos arquivos destacam-no da imprensa representada em Canudos. Embora afastado do centro de conflito, supriu o leitor com informações raras ou inexistentes, dando uma dimensão especial ao fato (AVIGHI, 1987, p. 203).

Avighi diz ainda que o retrato que Euclides da Cunha traçou do Conselheiro mostrou um jornalista-escritor que ambicionava pelo desfazer das “concepções correntes sobre o Conselheiro” (AVIGHI, 1987, p. 192). Euclides da Cunha compreendeu que o entendimento sobre o homem Antônio Vicente Mendes Maciel implicava no conhecer de sua sociedade.

O pesquisador Ronaltes de Melo e Souza (2007, p. 46) observa “a mutação vertiginosa de perspectivas discursivas” quando o narrador euclidiano, com o intuito de compreender a personalidade de Antônio Conselheiro, muda de opinião várias vezes, em alguns momentos no mesmo parágrafo, em *Os sertões*. Melo e Souza utiliza-se de uma seqüência de sessenta e oito parágrafos para ilustrar o seu pensamento. O pesquisador os enumera e realiza alguns cortes no texto para facilitar a observação da “mutação vertiginosa”, observemos:

- 01) "É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária - Antônio Conselheiro...
- 02) A imagem é corretíssima.
- 03) Da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos neuróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátase, e é uma síntese. (...) Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais - vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade.
- 04) Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu. (...)

05) É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade...

06) Acompanhar a primeira é seguir paralelamente e com mais rapidez a segunda; acompanhá-las juntas é observar a mais completa mutualidade de influxos.

08) Doente grave, só lhe pode ser aplicado o conceito da paranóia, de Tanzi e Riva.

11) Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução. O que o primeiro caracterizaria como caso franco de delírio sistematizado, na fase persecutória ou de grandezas, o segundo indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização - um anacronismo palmar, a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos. Os traços mais típicos do seu misticismo estranho, mas naturalíssimo para nós, já foram, dentro da nossa era, aspectos religiosos vulgares. Deixando mesmo de lado o influxo das raças inferiores, vimo-los há pouco, de relance, em períodos angustiosos da vida portuguesa.

12) Poderíamos apontá-los em cenário mais amplo. Bastava que volvéssemos aos primeiros dias da Igreja, quando o gnosticismo universal se erigia como transição obrigatória entre o paganismo e o cristianismo, na última fase do mundo romano em que, precedendo o assalto dos Bárbaros, a literatura latina do Ocidente declinou, de súbito, mal substituída pelos sofistas e letrados tacanhos de Bizâncio.

13) Com efeito, os montanistas da Frígia, os adamitas infames, os ofiôlatras, os maniqueus bifrontes (...) forneceriam hoje casos repugnantes de insânia. E eram normais. (...)

14) A história repete-se.

15) Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco.

17) Paranóico indiferente, este dizer, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustado, inteiro. A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento vesânico, é, certo, um caso notável de degenerescência intelectual, mas não o isolou - incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde - no meio em que agiu.

18) Ao contrário, este fortaleceu-o. Era o profeta, o emissário das alturas (...) tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação. Satisfez-se sempre com este papel de delegado dos céus. Não foi além.

19) A sua frágil consciência oscilava em torno dessa posição média, expressa pela linha ideal que Maudsley lamenta não se poder traçar entre o bom senso e a insânia.

22) A sua biografia compendia e resume a existência da sociedade sertaneja.

69)... E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos..." (Cunha, 2000, p. 132-142).

Podemos interpretar “a mutação vertiginosa de perspectivas discursivas”, as suas contradições narrativas, pela imagem-questão, de Manuel Antônio de Castro, que interpreta as questões da arte como as questões do questionar. Significa dizer que a arte transita, constitui-se, move-se, “no horizonte das questões do questionar, ou seja: o real, o método, o sentido, a verdade, a ação, a linguagem. Isso numa primeira instância” (CASTRO, 2005, p. 18).

Os grandes poetas, para Castro, trabalham com questões. Euclides da Cunha trabalhou com questões, com as grandes questões. “A imagem-questão é *poiesis* de experientiação e nunca este ou aquele ente” (CASTRO, 2005, p. 19). Significa dizer

que *Os sertões* move-se, transita, no entre-ser. *Os sertões*, como imagem, não é, porque *Os sertões* “é imagem-poético-manifestativa de questões, é imagem-questão” (CASTRO, 2005, p. 19). *Os sertões* é pura “**dinâmica poética** (tautologia) **de manifestação do real em sua verdade. Hermes, Palavra, Verbo, Imagem, Verdade são poiesis**”⁷ (Id, p, 19).

Por ser dinâmica poética, o narrador euclidiano se movimenta, muda de opinião, faz-se contraditório, põe-se em transe.

No trânsito desse transe, transam o saber e o sabor de toda sabedoria da *poiesis* como imagens sonoro-visuais que manifestam o real em caminhos que não conduzem a lugar nenhum, porque o caminho é o próprio real se dando em desvelo velado de realizações (CASTRO, 2005, p. 19).

Interessante observarmos o apontamento de Manuel Antônio de Castro (2005, p. 19) quando diz que “o caminho é o próprio real” se manifestando, em profundo desvelo. Significa dizer que o real em *Os sertões* é o próprio devir, o Entre-ser da obra que se manifesta como um vir a ser... É a emergência da verdade na obra. O narrador que se esforça por compreender a personalidade de Antônio Conselheiro não alcança lugar algum. O narrador, simplesmente, transita em universos antitéticos de sua personalidade, os soma, dista-os. O narrador realiza a dança nietzscheana. O vigor e o poder da imagem-questão reúnem a narração, a verdade, a linguagem, a memória e o tempo. A imagem-questão não pode ser compreendida como uma figura de linguagem, pois a imagem-questão é um acontecer.

Toda linguagem que revela o real como verdade o revela e funda como caminho e lugar (Caminho do campo). O lugar, em última instância, é o próprio ser se manifestando tanto mais quanto mais se vela enquanto mundo e linguagem. Por isso, o caminhar é a travessia *entre* o velado/ silêncio/ vazio *E* o desvelado, a excessividade poética e o vazio excessivo (CASTRO, 2005, p. 21).

Percorrer *Os sertões* euclidiano é a realização do ato de travessia, do estar entre, no que insiste em se manter velado e o que se desvela. *Os sertões* acontece como entre-ser no coberto/descoberto enquanto mundo e linguagem. O acontecer de *Os sertões* não insiste em chegar a lugar algum, o lugar de *Os sertões* é a travessia.

Ronaldo de Melo e Souza, em *A geopoética de Euclides da Cunha*, defende que a singularidade do estilo euclidiano está em seu vigor de inspiração artística e rigor

⁷ O destaque em negrito é do autor Manuel Antônio de Castro.

científico, que se manifesta a partir do projeto euclidiano que realiza a simbiose entre a ciência e a arte, entre o objetivismo e o subjetivismo. “Geopoética significa a poética da terra”. Segundo o pesquisador Souza (2007, p. 04), a expressão inédita se deve à originalidade da narrativa euclidiana, que não encontra par em outro contexto literário, seja ele nacional ou internacional. O projeto euclidiano, apontado por Souza, constitui-se a partir de duas poéticas da terra. A primeira poética aparece na narrativa do sertão, no caso de *Os sertões*, e da selva, em *Um paraíso perdido*. A segunda poética surge pela emergência do vínculo entre o artista e o cientista, nos escritos teóricos de Euclides da Cunha. “Em conferências, discursos, artigos, crônicas, prefácios e cartas, o escritor argumenta exaustivamente a tese de que a ciência sem arte e a arte sem ciência não se legitimam” (SOUZA, 2007, p. 04).

A poeticidade euclidiana abriga o diálogo interdisciplinar entre filosofia e ciência, entretecido pelo dialogismo interdiscursivo. Ronaldo de Melo e Souza aponta seis máscaras narrativas, em *Os sertões*, que dialogam no “drama gnosiológico”: observador itinerante, pintor da natureza, encenador teatral, investigador dialético, refletor dramático e historiador irônico. Não vamos nos ater às máscaras narrativas euclidianas; em relação ao trabalho de Melo e Souza, interessa-nos explorar, simplesmente, o estudo que o pesquisador realiza sobre o consórcio entre a arte e a ciência.

A “multiperspectividade interdiscursiva” euclidiana nos dá mostras da irreduzibilidade do acontecimento observado. Assim, ao contrário de uma “reivindicação cartesiana” surge a “interdiscursividade teórica” entre filosofia, poesia e ciência. Souza observa que o projeto euclidiano, que realiza o consórcio entre a arte e a ciência, apropria-se da filosofia inaugurada pelo pensador italiano Giambattista Vico. A sua filosofia se contrapõe ao projeto metafísico e matemático inaugurado pela filosofia de Descartes e a física de Galileu. (SOUZA, 2007). Sobre a filosofia do pensador italiano e a narrativa euclidiana, Ronaldo de Melo e Souza escreve:

O pensador italiano, em sua *Ciência Nova (Scienza Nuova)* insurge-se contra o esquematismo conceptual da ciência cartesiana, alegando que a sabedoria poética (*sapienza poetica*) constitui a fonte primordial do saber humano em todas as suas manifestações históricas (Vico, 1976). Tudo que o homem elabora, inclusive o discurso metafísico e científico, resulta da fantasia mitopoética, da operação criadora da imaginação. Na doutrina viquiana da imaginação, o conceito nasce do núcleo incandescente da imagem. No contexto intersubjetivo da ação social, o verdadeiro e o feito mutuamente se implicam (*verum et factum convertuntur*). O fato não se compreende, senão como participio passado do fazer originário da concriatividade dos homens. A verdadeira história da humanidade, a história ideal eterna (*storia ideale*

eterna) se compagina na verdadeira narrativa (*vera narratio*). Na teoria mitopoética do conhecimento viquiano, a narrativa se torna verdadeira quando narra as descobertas essenciais e os eventos fundadores de uma comunidade histórica. Neste sentido é que a narrativa euclidiana se credencia como a *vera narratio* brasileira, porque narra a nação, revelando-a na contextura íntima de seu drama histórico-social (SOUZA, 2007, p. 113).

A narrativa euclidiana faz-se verdadeira à luz da filosofia de Vico quando invenciona a Nação, instaurando a nação brasileira na obra, “contextura íntima de seu drama histórico-social”. Interessante observarmos a contribuição do pesquisador Ronaldo de Melo e Souza no que diz respeito ao projeto euclidiano, que se traduz na simbiose entre poesia, filosofia e ciência, rompendo com o pensamento da tradição hegemônica ocidental que separa o sujeito do objeto, o espírito da natureza, e que é a expressão da dicotomia moderna. A essência poetante da obra euclidiana em seu poeitar pensante, ou pensar poético, dialoga com Heidegger quando diz sobre a arte ser instauradora da verdade, do desvelamento do ente, pela essência poetante da obra.

Observemos a reportagem de Euclides da Cunha escrita em 15 de agosto de 1897, na Bahia, como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, na campanha de Canudos. Vejamos as reflexões do narrador quando se refere à guerra: “Não se trata de defender o solo da pátria do inimigo estrangeiro; a luta tem uma significação mais alta e terá resultados mais duradouros” (CUNHA, 2000, p. 88-89). A luta na narrativa euclidiana torna-se imagem-questão. A Guerra de Canudos é uma grande questão que, ao contrário de se limitar enquanto ente, se move, transita no entre-ser. O narrador segue:

Porque, realmente, este incidente de Canudos é apenas sintomático; erramos se o considerarmos resumido numa aldeia perdida nos sertões. Antônio Conselheiro, espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo (CUNHA, 2000, p. 89).

O narrador desloca a pergunta. Ao invés de conduzir o seu olhar para uma tentativa de resposta sobre a luta inglória, Euclides faz emergir a grande questão do nosso povo, do povo brasileiro, sintetizado na personalidade de Antônio Conselheiro, exemplo maior de atavismo vivo. Euclides da Cunha trabalhou com as grandes questões, as suas reportagens no palco dos acontecimentos já dão sinais da irreduzibilidade dos acontecimentos observados. Ao longo das reportagens da campanha, o narrador euclidiano sofre a mutação imposta pela travessia das imagens-questões: o Homem, a Terra, a Nação.

consideremos o fato sob o seu aspecto real – o que se está destruindo neste momento não é o arraial sinistro de Canudos: - é a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro, a nossa religiosidade indefinível difundida em superstições estranhas, a nossa compreensão estreita da pátria, mal esboçada na inconsistência de uma população espalhada em país vasto e mal conhecido; são os restos de uma sociedade velha de retardatários tendo como capital a cidade de taipa dos *jagunços*... (CUNHA, 2000, p. 91).

Ao contrário de Euclides da Cunha ter se apropriado do discurso oficial ele não só o desvelou, como também trouxe “a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro” (CUNHA, 2000, p. 91). Euclides tornou viva a questão do extermínio de um povo pelo seu próprio povo. O extermínio de um Brasil desconhecido, relegado ao atraso e esquecimento. É bastante significativo o que Euclides da Cunha escreveu sobre a lição deixada por Canudos, na reportagem do dia 15 de agosto, quando ainda estava na Bahia:

Os que governam reconhecerão os inconvenientes graves que resultam, de um lado dessa insciência deplorável em que vivemos acerca das regiões do interior de todo desconhecidas muitas, e, de outro, o abatimento intelectual em que jazem os que as habitam (CUNHA, 2000, p. 92).

Para Euclides da Cunha, a vitória é contra a ignorância e o esquecimento em relação às regiões do interior do Brasil. Assim, na mesma reportagem, Cunha escreveu:

Que pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas, siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será no caso vertente, o verdadeiro vencedor: O mestre escola (CUNHA, 2000, p. 92).

Vale lembrar o que Percival de Souza (2002) observou sobre as dificuldades sofridas por Euclides da Cunha para acompanhar a quarta expedição. Uma delas era o fato de a opinião pública ter sido insuflada para odiar Antônio Conselheiro e os seus conselheiristas. Em *Os sertões*, o Brasil emerge como a grande questão. As reportagens de Euclides da Cunha já esboçam sinais da manifestação do real por caminhos que não conduzem a um lugar determinado, o caminho euclidiano é o lugar da travessia. Seria inglória a tentativa de definir, conceituar, de-limitar a obra euclidiana que se situa no aberto. Como aponta Manuel Antônio de Castro as questões da arte são as questões do

questionar. As questões do questionar implicam em des-dobramento, na feitura de novas questões, perguntas.

Pregava contra a República; é certo.

O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso.

Mas não traduzia o mais pálido intuito político; o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional.

Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.

Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história.

Tivemos, inopinadamente, ressurreta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la (CUNHA, 2003, p. 268).

O fragmento euclidiano clarifica o acontecimento da Guerra de Canudos a partir da compreensão da profunda ignorância do brasileiro do litoral em relação ao sertanejo. O fragmento desvela, desce o véu da ignorância em relação ao jagunço. A sua luta não poderia ser compreendida, pois havia à época um profundo desconhecimento sobre o interior do Brasil, os vários brasis. Desconhecimento sobre o jagunço conselheirista, o que os mobilizava, pelo quê lutavam! A campanha de Canudos é uma sucessão de erros... Uma verdadeira hecatombe barbaresca.

Podemos fazer uma aproximação com a obra *Abusado: o dono do morro Dona Marta*, de Caco Barcellos, que também realiza desvelamentos, e traz à discussão a questão antiga do desconhecimento, da ignorância, não de um interior do Brasil que precisa ser desbravado, mas de um Brasil que se compõe nas favelas brasileiras, desconhecido do homem do asfalto. Caco Barcellos realiza a travessia em outros morros da Favela, que aí estão, contemporâneos a nós.

Cabe aqui o que a jornalista Mônica Teixeira diz sobre o jornalista investigativo, pois ela entende que este profissional deve ter a capacidade de se “espantar com a história”. Mas, o que isso quer dizer no contexto Euclides/ Barcellos? Quer dizer o mesmo que diz o poeta Fernando Pessoa na voz de seu mestre Alberto Caeiro:

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de, vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo comigo

Que tem uma criança se, ao nascer,
 Reparasse que nascera deveras...
 Sinto-me nascido a cada momento
 Para a eterna novidade do mundo... (PESSOA, 2001, p. 26)

Euclides da Cunha soube ter o pasmo essencial de Caeiro. Soube estar aberto para a novidade do sertão, dos vários Brasis, do sertanejo. Euclides teve como poucos a capacidade de se espantar com a história, de se despir de seus discursos pré-concebidos sobre o homem, o Brasil, o sertão e o sertanejo. Euclides soube, verdadeiramente, ver, a cada momento, o que nunca dantes tinha visto. Já Barcellos nos encaminha a outros desvelamentos em o *Abusado*; nos traz um sertão de hoje, outros Brasis, perdido nas favelas. Traz-nos o pasmo essencial. O mal-estar essencial.

É bastante significativo o que Euclides da Cunha escreveu na reportagem do dia 23 de agosto, na Bahia:

Por maior que seja o valor moral de uma opinião, nesse tumulto de impressões diversas e de idéias que se entrechocam, a gente insensivelmente se recorda da original comparação de Fox: as concepções como que se formam através de um filtro invertido no qual os elementos entram límpidos e puros e saem impuros e turbados. Eu sistematizo a dúvida (CUNHA, 2000, p. 125).

Antônio Vicente Mendes Maciel não aceitou a República. Gestado em uma sociedade extremamente conservadora, o Conselheiro não era afeito a mudanças. A República significava o anticristo pela traição cometida contra o imperador e a sua dinastia, escolhidos por Deus. A princesa Isabel era aclamada pelo Conselheiro, por ter libertado os escravos. Para o Conselheiro, a traição republicana tinha o respaldo dos senhores das terras em resposta à abolição concedida pela princesa.

Conselheiro viveu em uma época de muita turbulência. Os sertões enfrentavam a seca, a religião surgia como uma questão para o Brasil, alia-se a isso a abolição da escravatura e a proclamação da República. Começava-se também a esboçar a transferência do poder econômico do Estado próspero da Bahia para o sudeste, com o desenvolvimento acelerado da cultura do café.

Com a abolição da escravatura, os fazendeiros começaram a necessitar de mão-de-obra em suas fazendas, vê-se o início do processo de imigração para as fazendas de café. O estabelecimento de Antônio Conselheiro em Canudos foi o estopim para os senhores da terra que acompanharam os braços fortes de suas fazendas abandonarem as suas terras para se fixarem sob a proteção espiritual de Antônio Conselheiro no arraial.

A população de Canudos, agora Belo Monte, teve crescimento rápido e expressivo, o que colocou em pânico os fazendeiros locais, pois a fome, que esperavam acontecer, acabaria por bater naquelas bancadas. Tiveram medo de que suas terras fossem invadidas, embora o respeito à propriedade privada fosse pregado por Antônio Conselheiro (HERMES, 2002, p. 251).

Delineavam-se, assim, os primeiros inimigos de Antônio Conselheiro: os senhores das terras, os políticos e juízes locais e a Igreja Católica. O acontecimento ‘Guerra de Canudos’ explodiria, no entanto, após a derrocada da 3ª expedição, com a morte do general Moreira César.

A rebelião sertaneja não era simples sublevação de fanáticos passível de uma repressão policial. Havia alguma coisa por detrás das multidões que seguiam um líder messiânico capaz de derrotar um contingente bem armado de 1.300 soldados comandados por um veterano das guerras do Sul, notório pela violência e candidato a condestável do regime. Em sua habitual lucidez, Euclides da Cunha diria que Canudos era um mistério (AVIGHI, 1987, p. 142).

A história política brasileira inaugurava uma nova fase com a eleição do primeiro presidente civil da República, Prudente de Moraes, pronunciador de um futuro próximo aos ideais republicanos.

3.3.

A Nossa Vendéia⁸

Euclides da Cunha publicou dois artigos com o nome *A nossa Vendéia*. O primeiro em 14 de março de 1897 e o segundo em 17 de julho do mesmo ano, ambos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*. O artigo de 14 de março foi publicado logo após a assombrosa notícia enviada da Bahia da derrocada da 3ª expedição e morte do general Moreira César. “Os artigos estabelecem uma comparação que ficaria célebre e seria muito utilizada por todos, ao equiparar o levante na Bahia com aquele de caráter religioso e contra-revolucionário coligando camponeses e nobres em reação à Revolução Francesa” (GALVÃO, 2000, p. 11).

No primeiro artigo, Euclides da Cunha escreve sobre a região do Vale do Ipiranga, conhecida também como Vaza Barris, lugar de instalação do arraial canudense. Escreve sobre o solo, a vegetação e o clima. O que é interessante, no entanto, de se observar nesse primeiro artigo são os primeiros indícios de uma tentativa

⁸ O título remete à revolta monarquista e católica ocorrida nessa região, em 1793, com base na aliança entre camponeses e nobres, contra a Revolução Francesa (GALVÃO, 2000, p. 43).

de compreensão, de construção, do que venha a ser o sertanejo, de sua imbricada relação com a terra. A terra, nesse artigo, já desponta como protagonista da luta. O projeto euclidiano, que apresenta o consórcio entre a arte e a ciência, já dá mostras nesse primeiro momento. Pois não há a cisão entre o homem e a natureza, ao contrário, o sertanejo e o solo, e vice-versa, estão em completa sintonia.

Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam.

O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título do artigo (CUNHA, 2000, p. 50-51).

Euclides da Cunha inicia o entre-tecimento entre o homem e a terra. A sua impressão do sertanejo, nesse momento, é o de um homem fanatizado, ingênuo e simples, à mercê dos propagandistas do Império. Euclides da Cunha estabelece relação entre o fanatismo sertanejo e o dos *chouans*⁹, culminando no “mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados” (CUNHA, 2000, p. 51). Assim, Cunha constrói o paralelo entre o *chouan* e o sertanejo. Enquanto aquele fazia uso das charnecas para prender as forças republicanas nas ciladas, a terra para este realiza o papel de protagonista da batalha. Ronaldo de Melo e Souza aponta a importância da questão da terra em *Os sertões*. A terra euclidiana é Terra com letra maiúscula por ressaltar o seu caráter protagonístico no conflito. Euclides encerra o seu primeiro artigo, no entanto, com um viva à República: “Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova” (CUNHA, 2000, p. 52).

Euclides da Cunha apresentou aos leitores da época o perfil do que considerava o componente fundamental e misterioso do conflito, o sertão. Deste modo individualizou e destacou matéria das notícias então vinculadas pelos jornais, superando a repetição tediosa dos relatos sobre aqueles eventos mais ou menos desconhecidos e contornando a algaravia dos republicanos exaltados (AVIGHI, 1987, p. 146).

O artigo de 17 de julho de 1897 foi publicado já no clima da quarta expedição, comandada por Artur Oscar de Andrade Guimarães. Essa expedição reuniu, inicialmente, 4.283 homens, divididos em seis brigadas. À data da publicação, a

⁹ Camponeses católicos e monarquistas que lutaram armados contra a Revolução Francesa.

expedição já havia partido há um mês de Jeremoabo e Monte Santo, e o general Amaral Savaget, comandante da segunda coluna, já havia sido ferido.

Com o intuito de compreender a tática de guerra dos sertanejos, inimigos intangíveis, Euclides da Cunha a comparou com os conflitos entre as forças inglesas contra os zulus e os afgãs, com o conflito francês em Madagascar e com as forças italianas contra os abissínios. Carlos Marcos Avighi observa sobre a exemplificação de fatos internacionais para aclarar a compreensão sobre a Guerra de Canudos: “Euclides da Cunha demonstrou o profundo conhecimento do que ocorria no mundo, assim exercendo um jornalismo interpretativo de qualidade” (AVIGHI, 1987, p. 149).

Não era a primeira vez que Euclides da Cunha escrevia sobre o inimigo intangível. No primeiro artigo, Euclides já havia feito referência a ele, no entanto, no artigo de 17 de julho, o articulista investe na compreensão da região, da terra, da sensação de imobilidade da paisagem para poder compreender o sertanejo, o jagunço, em íntima comunhão com o meio. Assim, Euclides da Cunha escreve sobre o *jagunço*¹⁰ que afeito à paisagem selvagem a transpõe facilmente. Ressalta também a sua vestimenta toda feita de couro curtido, das alparcatas ao chapéu de abas largas, sábia proteção contra os espinhos que sequer a ferem. “Não há persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto” (CUNHA, 2000, p. 57). O articulista percebe que não há como compreender a guerra sem compreender a simbiose entre o homem e a terra. “A conjunção ambiente-homem, segundo Euclides da Cunha, era o forte entrave à vitória das forças governamentais” (AVIGHI, 1987, p. 150). Mas não é apenas a terra que colabora com o jagunço.

O *jagunço* é uma tradução justalinear quase do *iluminado* da Idade Média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo.

Uma sobriedade extraordinária garante-lhe a existência no meio das maiores misérias (CUNHA, 2000, p. 58).

Euclides da Cunha insiste com o tema da simbiose entre homem e meio quando escreve sobre o favorecimento da natureza a favor do jagunço, com a confecção de armamento para o seu rústico arsenal, “as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitões dos

¹⁰ Walnice Nogueira Galvão observa que Euclides da Cunha escreve *jagunço* grifado demonstrando estranhamento com a paisagem. Esse grifo, no entanto, desaparece em *Os sertões*.

córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas” (CUNHA, 2000, p. 59).

A publicação dos artigos *A nossa Vendéia* foi fundamental para a escolha de Euclides da Cunha como correspondente na campanha de Canudos, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Não foi, assim, de surpreender quando o jornal paulista incumbiu o articulista de ser seu correspondente de guerra, especialmente enviado ao palco dos acontecimentos. Por essa época já as principais folhas do Rio e da Bahia se tinham adiantado a *O Estado de S. Paulo* e mandado os seus, publicando regularmente a cobertura dos acontecimentos a partir de julho e agosto (GALVÃO, 2000, p. 12).

Mas, antes de partir, Euclides da Cunha fez uso de seu tempo para ampliar o arcabouço teórico sobre o sertão e o sertanejo. Sobre o preparo euclidiano escreveu Avighi:

o jornalista ampliava seu instrumental teórico e acumulava informações sobre os fatos e a região que iria noticiar. Cumpria o dever do jornalista opinativo, do articulista que deveria estar o mais pronto possível para interpretar e avaliar com segurança e sustentar suas idéias no fôro da opinião pública. Acrescentou aos conhecimentos adquiridos nas leituras sobre o Brasil as informações mais precisas acerca do homem e da natureza que encontraria. Em São Paulo, quem melhor conhecia os personagens do drama sertanejo era Teodoro Sampaio, amigo certo e diálogo elucidativo que já em outras oportunidades contribuía para o trabalho de Euclides da Cunha. Percorrera os quadrantes nordestinos ainda lacunados nos mapas da época, trabalhando e pesquisando (AVIGHI, 1987, p. 169).

Assim, acompanhando a comitiva do ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, Euclides da Cunha embarcou no navio *Espírito Santo*, do Rio de Janeiro em direção à Bahia, em três de agosto de 1897. Chegaria em Salvador no dia sete de agosto e ficaria na capital baiana até o dia trinta. De lá partiria de trem para Alagoinhas e Queimadas, e de cavalo para Tanquinho, Cansação, Quirinquinquá e Monte Santo, chegando em Canudos no dia dezesseis de setembro. A partida de Euclides da Cunha de Canudos foi alvo de discussão por muitos anos. Por fim, José Calasans, em 1969 cita uma publicação no *Diário da Bahia*, de 17 de outubro de 1897, que dizia da partida de Euclides da Cunha de Canudos no dia 3 de outubro do mesmo ano.

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha retoma o paralelo com a Vendéia, mas de uma forma muito mais dramática. Destituído do véu encobridor dos acontecimentos, Euclides percebe o equívoco de se ter cantado fácil vitória sobre os rebelados sertanejos. Cabe a fina reflexão de Euclides da Cunha:

Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia. O *chouan* e as charneças emparelham-se bem com o jagunço e as caatingas. O mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias servidas pelas mesmas astúcias, e a mesma natureza adversa, permitiam que se lembrasse aquele lendário recanto da Bretanha, onde uma revolta, depois de fazer recuar exércitos destinados a um passeio militar por toda a Europa, só cedeu ante as divisões volantes de um general sem fama, ‘as colunas infernais’ do general Turreau – pouco numerosas mas céleres, imitando a própria fugacidade dos vendeanos, até encurralá-los num círculo de dezesseis campos entrincheirados.

Não se olhou, porém, para o ensinamento histórico.

É que se preestabelecera a vitória inevitável sobre a rebeldia sertaneja insignificante (CUNHA, 2003, p. 314).

Várias eram as vozes que interferiam e interpretavam a questão canudense. O governo baiano defendia serem suficientes as medidas tomadas. O grupo de rebelados e fanáticos, que somavam pouco mais de quinhentos, logo seria extinto, não sendo necessário o reforço das forças federais. O chefe militar argumentava pelo fortalecimento das forças federais, que deveriam seguir fortes, pois o intuito não era mais o de prender criminosos, mas o de “extirpar o móvel de decomposição moral que se observava no arraial de Canudos em manifesto desprestígio à autoridade e às instituições” (CUNHA, 2003, p. 315). Já o governo estadual interpretava a questão canudense como ameaça à soberania nacional, a partir do artigo 6º da Constituição de 24 de fevereiro. Repelia a intervenção por considerar-se “desarmado para suplantar a revolta”, “apelando para os recursos da União” (CUNHA, 2003, p. 315).

Estavam fincadas as bases para a intervenção da União. Rapidamente foi removido o chefe da força militar da Bahia, seguindo reforçada a coluna do major Febrônio pela tropa policial, “adstrita às deliberações do governo baiano” (CUNHA, 2003, p. 316). Enquanto isso, ao largo do tempo que se desenrolou para a reconstituição da estratégia federal, o inimigo aparelhava-se para o revide.

Num raio de três léguas em roda de Canudos, fizera-se o deserto. Para todos os rumos e por todas as estradas e em todos os lugares, os escombros carbonizados das fazendas e dos pousos avultavam, insulando o arraial num grande círculo isolador, de ruínas. Estava pronto o cenário para um emocionante drama da nossa história (CUNHA, 2003, p. 316).

Em 21 de janeiro de 1895, o *Diário de Notícias* da Bahia publicou a seguinte manchete: “Sofrimento do povo brasileiro causado pela trindade maldita: a peste, a fome e a guerra” (SAMPAIO, 1999, p. 49). Manchete que, segundo a historiadora

Consuelo Sampaio, induzia o leitor a pensar que a guerra referida dizia respeito a Canudos, sendo que em verdade se referia à questão política, à luta pelos interesses pessoais dos políticos, que se sobrepunha à questão canudense. Consuelo Novais Sampaio, comentando a manchete, escreveu sobre a época de Canudos (1893-1897):

Os membros da elite baiana estavam muito envolvidos na luta por cargos na administração pública, no Legislativo e no Judiciário, que então se organizavam. Questiuínculas partidárias e de interesse pessoal não lhes permitiam desviar a atenção para uma multidão de romeiros decididos a acampar em Belo Monte. Foi a disputa pelo poder, na Bahia e na capital federal, que conferiu a Canudos dimensão nacional (SAMPAIO, 1999, p. 53).

Percebe-se que a formação do discurso oficial constrói-se a partir de relações de poder, estratégias e interesses políticos dos senhores da terra e conselheiros políticos. O processo de reconstrução do passado nos abre portas para a interpretação do sertão, do sertanejo e do senhor de terra, de suas relações imbricadas de poder e suas formações discursivas. O acontecimento ‘Guerra de Canudos’ surge imbuído de complexidade irreduzível de simples resposta. *Os sertões* é a grande mostra de irreduzibilidade dos acontecimentos observados. O olhar para o passado também nos traz o entendimento sobre o profundo desconhecer do interior do Brasil à época de Euclides da Cunha. Ajuda-nos a refletir como se formaram os discursos equivocados sobre a guerra, o sertanejo e os senhores de terra. *Os sertões*, obra-monumento, instaura o processo de des-velamento do palco dos acontecimentos em Canudos, destecendo os fios condutores das formações discursivas.

A lucidez do narrador euclidiano ilumina o drama gnosiológico dos sertões. Em seu livro-vingador, Euclides da Cunha destrincha os erros da campanha canudense, a ignorância dos soldados sobre a guerra, a terra e o homem sertanejo; expõe Moreira César como “um desequilibrado. Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante” (CUNHA, 2003, p. 371). Além disso, apresenta-nos o fracasso, os erros de sua investida sobre o arraial de Canudos. É impressionadora a lucidez narrativa euclidiana que apresenta o arraial canudense em sua máxima fragilidade e formidável força e resistência. Nas reportagens escritas do palco dos acontecimentos, Euclides da Cunha faz referência à região do arraial de Canudos, à conformação de suas casas e ruas estreitas, mas apenas em *Os sertões* o narrador euclidiano será capaz de pronunciar:

Canudos, entretecido de becos de menos de dois metros de largo, trançados, cruzando-se em todos os sentidos, tinha ilusória fragilidade nos muros de taipa que o formavam. Era pior que uma cidadela inscrita em polígonos ou blindada de casamatas espessas. Largamente aberto aos agressores que podiam derruí-lo a coices de arma, que podiam abater-lhe a pulso as paredes e tetos de barro ou vará-lo por todos os lados, tinha a inconsistência e a flexibilidade traiçoeira de uma rede desmesurada. Era fácil investi-lo, batê-lo, dominá-lo, varejá-lo, aluí-lo; - era difícil deixá-lo. Completando a tática perigosa do sertanejo, era temeroso porque não resistia. Não opunha a rizeza de um tijolo à percussão e arrebentamento das granadas, que se amorteciam sem explodirem, furando-lhe de uma vez só dezenas de tetos. Não fazia titubear a mais reduzida secção assaltante, que poderia investí-lo, por qualquer lado, depois de transposto o rio. Atraía os assaltos, e atraía irreprimivelmente o ímpeto das cargas violentas, porque arremetida dos invasores, embriagados por vislumbres de vitória e disseminando-se, divididos pelas vielas em torcicolos, lhe era o recurso tremendo de uma defesa surpreendedora. Na história sombria das cidades batidas, o humílimo vilarejo ia surgir com um traço de trágica originalidade.

Intacto – era fragílimo; feito escombros – formidável (CUNHA, 2003, p. 420-421).

Euclides da Cunha finaliza a construção narrativa da derrota das tropas de Moreira César no arraial canudense com a força da frase: “Ora, as tropas do coronel Moreira César faziam-na desabar sobre si mesma” (Id, p, 421).

3.3.1.

A caminho do palco dos acontecimentos

A situação em Canudos era de incerteza, quando Euclides da Cunha embarcou no navio *Espírito Santo*. Por toda a nação ouvia-se o grito dominante: A República está em perigo! Precisamos salvá-la. A guerra atingira o momento decisivo, como aponta Avighi. Canudos seria esmagada ou a opinião pública iria acompanhar a derrota “da maior e mais potente força enviada contra os insurrectos” (AVIGHI, 1987, p. 159). Euclides da Cunha escreveu em *Os sertões* sobre a comoção em que se formou a quarta expedição.

A quarta expedição organizou-se através de grande comoção nacional, que se traduziu em atos contrapostos à própria gravidade dos fatos. Foi a princípio o espanto; depois um desvairamento geral da opinião; um intenso agitar de conjeturas para explicar o inconcebível do acontecimento o induzir uma razão de ser qualquer para aquele esmagamento de uma força numerosa, bem aparelhada e tendo chefe de tal quilate. Na desorientação completa dos espíritos, alteou-se logo, primeiro esparsa em vagos comentários, condensada depois em inabalável certeza, a idéia de que não agiam isolados os tabaréus turbulentos. Eram a vanguarda de ignotas falanges prontas a irromperem, de remanente, em toda a parte, convergentes sobre o novo regímen. E como nas capitais, federal e estaduais, há muito, meia dúzia de platônicos, revolucionários contemplativos e mansos, se agitavam esterilmente na propaganda da

restauração monárquica, fez-se de tal circunstância ponto de partida para a mais contraproducente das reações (CUNHA, 2003, p. 449-450).

O comandante-em-chefe, general Artur Oscar, e sua tropa estavam cercados por conselheiristas no morro da Favela. A segunda coluna combatia em Cocorobó sob o comando do general Cláudio do Amaral Savaget, mas sofriam feroz resistência. Chegavam notícias sobre os ataques à Brigada Auxiliar, que tinha ido ao encontro das duas colunas, mas que teria ficado desfalcada antes mesmo de atingir o lugar ambicionado. Para completar o quadro, as levadas de feridos que retornavam da frente de batalha para Salvador horrorizavam a opinião pública. Sem falar das inúmeras mortes de oficiais renomados, de alta patente. Batalhões se formavam em diferentes regiões do Brasil com o intuito de se juntar às tropas em combate.

Euclides da Cunha, em ‘A Nossa Vendéia’, já esmiuçara a precariedade da estratégia governamental e registrara que, ao invés da desordem a ser esmagada por tropas bem aparelhadas, Canudos era um confronto prolongado a exigir administração de recursos militares (AVIGHI, 1987, p. 158).

Euclides da Cunha e os outros correspondentes na guerra sofreram inúmeras dificuldades para exercer o ofício do jornalismo, especialmente por motivo de sigilo das informações. Um grande empecilho era o fato de o ministro da guerra não conceder entrevistas, coisa que não fez em nenhum momento da campanha. Os correspondentes tinham de se desdobrar em busca de novas fontes para receber e checar as informações recebidas. Embora o marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da guerra, conversasse bastante com Euclides da Cunha, “mantinha em sigilo as decisões e os planos” (AVIGHI, 1987, p. 171).

O primeiro despacho enviado por Euclides da Cunha, intitulado *À bordo do Espírito Santo*, denuncia a falta de informações sobre a campanha. A reportagem de 7 de agosto de 1897 descreve a emoção da partida; um discurso emocionado sobre a saudade dos soldados. À exceção da observação de Euclides da Cunha no que se refere à incoerência do morteiro Canet, artilharia moderna de guerra à época, para o combate nos sertões, o texto se tece de imagens sentimentais e lugares comuns.

A disposição entre os oficiais é a melhor possível.

A saudade, imensa e indefinível saudade dos entes queridos ausentes, desce, às vezes, profunda, dolorosíssima e esmagadora sobre os corações: as frentes anuviam-se; cessam

bruscamente as palestras em que se procura afugentar tristezas numa guerrilha adoidada de anedotas; um pesado silêncio paira repentinamente sobre os grupos esparsos; o coração batendo febrilmente nos peitos, perturba o ritmo isócrona da vida – e os olhares, velado de lágrimas, dirigem-se ansiosamente para o Sul... Ao mesmo tempo, porém, como um antídoto enérgico, um reagente infalível, alevanta-se, ao Norte, o nosso grande ideal – a República – profundamente consolador e forte, amparando vigorosamente os que cedem às mágoas, impelindo-os à linha reta notabilizadora do dever (CUNHA, 2000, p. 66-67).

Como observou Carlos Marcos Avighi (1987, p. 171), Euclides da Cunha “ocupa-se da maior parte das descrições gerais do porto de Salvador, desenvolvendo-se em afirmações discutíveis e concluindo com o indefectível ‘A República é imortal’”.

A reportagem seguinte, de 10 de agosto, segundo Avighi, já demonstra o jornalista equilibrado e experiente. Para o pesquisador, a frase de abertura da reportagem euclidiana é digna de ser equiparada a um texto jornalístico moderno: “Dizem os mais antigos habitantes da Bahia que nunca ela se revestiu da feição assumida nestes últimos dias” (CUNHA, 2000, p. 68). Avighi ainda observa que com a frase: “Velha cidade tradicional, conservando melhor do que qualquer outra os mais remotos costumes, a sua quietude imperturbável desapareceu de todo” (Id, p. 68-69), Euclides da Cunha “enseja ao leitor o clima da guerra naqueles lugares e o predispõe para as informações que transmitirá, utilizando, então, o recurso do contraponto ao descrever os soldados que retornam” (AVIGHI, 1987, p. 173).

soldados que voltam mutilados e combalidos da luta, soldados que seguem entusiastas e fortes para a campanha. E presa nesse fluxo e refluxo de mártires que chegam e de valentes que avançam, sob o contágio dominador da febre que lavra nas almas dos combatentes, galvanizada pelo mesmo entusiasmo, ela parece ligar, através de longos anos de apatia, os dias atuais aos dias agitados das lutas da Independência (CUNHA, 2000, p. 69).

Mas, no que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa, o que nos é importante ressaltar na reportagem do dia 10 de agosto é a construção mito-poética que Euclides da Cunha realiza ao compor a imagem do jagunço. Sobre o discurso dos soldados que retornavam da frente de batalha, Euclides da Cunha escreveu: “o jagunço degolado não verte uma xícara de sangue” e “o fanático morto não pesa mais que uma criança” (CUNHA, 2000, p. 75). Euclides da Cunha faz referência ao jagunço como “tais seres” possuidores da “agilidade de símios”, que deslizam como cobras pela caatinga “resvalando céleres, descendo pelas quebradas, como espectros, arrastando uma espingarda que pesa quase tanto como eles – magros, secos, fantásticos” (CUNHA,

2000, p. 75-76). Sobre a pele do jagunço, escreveu Cunha (2000, p. 76): “peles bronzeadas coladas sobre os ossos – ásperas como peles de múmias...”. Os “tais seres”, o jagunço, emerge no discurso euclidiano de 10 de agosto como um ser não-humano imbricado à Terra¹¹, à região, à caatinga, em profunda, íntima, comunhão com o sertão.

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha aprofunda, desenvolve, o que vem a ser o sertanejo realizando também a comparação com o gaúcho. A obra dividida em três partes realiza um estudo aprofundado sobre a Terra, o Homem e a Luta. Ao contrário das reportagens escritas por Euclides da Cunha quando acompanhava a comitiva do ministro da guerra, o marechal Bittencourt, que realiza o percurso de Euclides da Cunha pelos sertões, o seu livro-vingador reconstrói não apenas os antecedentes da campanha, como realiza um estudo muito mais aprofundado sobre o que venha a significar a terra, o homem e a luta, para a Guerra de Canudos. Esperamos demonstrar também que, em *Os sertões*, Euclides da Cunha despiu-se de seus discursos pré-concebidos, reconstruindo o passado autêntico do confronto e com isso iluminando o presente. Tentaremos demonstrar que há ainda nas reportagens concessões ao discurso oficial republicano e à linha editorial do jornal que o enviou como correspondente de guerra a Canudos.

Em *Os sertões*, não por menos denominado o seu livro-vingador, Euclides da Cunha não faz concessões, ao contrário, reconstrói o palco dos acontecimentos como problematização. Questões que nos são colocadas concernentes a inúmeros aspectos da campanha sertaneja. Um deles, por exemplo, trata sobre o fanatismo. Em *Os sertões*, Euclides expõe o fanatismo soldadesco em relação aos ideais republicanos, fanatismo esse que não aparece em suas reportagens. Há também, em *Os sertões*, os bárbaros soldados. Em suas reportagens, a barbárie é restrita aos jagunços. Estes emergem no livro-vingador como lutando para defender as suas casas da invasão dos soldados do Estado. Há a degola, barbárie soldadesca. Há, assim, inúmeros exemplos que seguem distintas formações discursivas em *Os sertões* e nas reportagens escritas ao longo da Campanha. É isto que queremos explorar: a gestação dos discursos. Como os discursos se gestam no Euclides da Cunha jornalista e adido do ministro da guerra, e como vão ser gestados em um Euclides da Cunha engenheiro, reconstrutor de uma ponte na pacata cidade de São José do Rio Pardo. Destituído da pressão da opinião pública, que foi induzida a odiar Antônio Conselheiro, da linha editorial da instituição jornalística e do

¹¹ Terra foi escrito com letra maiúscula para ressaltar o caráter protagônico que a terra assume na obra euclidiana.

torvelinho do palco dos acontecimentos, Euclides da Cunha escreveu o que viria a ser o seu livro-vingador. Assim, temos como anseio encontrar os pontos em comum, isto é, os temas abordados nas reportagens e em *Os sertões* para, a partir do seu estudo comparativo, compreender como se gestaram os discursos em *Os sertões* e nas reportagens euclidianas. Este é o viés no qual realizaremos a nossa interpretação. Não nos atentando ao que diz respeito aos momentos distintos de *Os sertões*, a nossa interpretação surge pela compreensão da obra como simbiose, imbricamento profundo, entre o Homem, a Terra e a Luta.

O projeto euclidiano que realiza o consórcio entre a ciência e a arte requereu para a compreensão da luta o empreendimento de compreensão do sertanejo, que se faz todo ele vaqueiro: “À parte a agricultura rudimentar das *plantações da vazante* pela beira dos rios, para a aquisição de cereais de primeira necessidade, a criação de gado é, ali, a sorte de trabalho menos impropria ao homem e à terra” (CUNHA, 2003, p. 166).

Só a partir do entendimento profundo sobre o jagunço para quem “Viver é adaptar-se” (CUNHA, 2003, p. 164) à terra que “talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto...” (Id, p, 164); somente a partir do entendimento do profundo imbricamento entre a terra e o homem e a relação de “servidão inconsciente” (CUNHA, 2003, p. 167) deste com o senhor das terras, a Guerra de Canudos pode ser desvelada.

Nos telegramas enviados por Euclides da Cunha surgem apontamentos sobre as condições precárias nas quais as tropas se batiam em combate com os conselheiristas. Vejamos o que Euclides da Cunha escreveu no telegrama do dia 8 de agosto de 1897: “Citam-se aqui inúmeros episódios interessantes decorridos durante a luta. No combate de 18 de julho, as tropas legais bateram-se desde as quatro horas da madrugada, às oito da noite, sem beberem uma gota de água!” (CUNHA, 2000, p. 226). O discurso euclidiano compõe-se a partir de diversas vozes, de possibilidades e divergências discursivas. Como observou Ronaldo de Melo e Souza, nada no discurso euclidiano é estável. Além das condições precárias, Cunha começa a trazer a público os erros cometidos pelas tropas na campanha. “Os oficiais feridos nos últimos combates relatam erros de tática de ordem tão grave que só devem ser expostos, depois de investigações ulteriores e sérias” (Id, p, 226).

É impressionadora a imagem construída por Euclides da Cunha para retratar a chegada dos feridos que retornam da frente de batalha, na reportagem do dia 12 de agosto. Na tentativa de esboçar o trágico quadro, Euclides da Cunha escreveu que o

desembarque dos feridos, na estação da Calçada, mostrou-se como “um quadro indefinível com o qual se harmonizariam admiravelmente o gênio sombrio e o pincel funéreo de Rembrandt” (CUNHA, 2000, p. 76-77). Os oficiais da República, ao contrário de serem esboçados como heróis, surgem sob o olhar de Euclides como “as grandes vítimas obscuras do dever” (Id, p, 77). “É como uma procissão dantesca de duendes, contemplo-a através de uma vertigem, quase”. E segue compondo o quadro: “Considero-os, à medida que passam – coxeando, arrastando-se penosamente, trôpegos, combalidos, titubeantes, imprestáveis – trágicos candidatos à invalidez e à morte...” (CUNHA, 2000, p. 78).

Nessa mesma reportagem, Cunha escreveu sobre os erros ou equívocos cometidos na guerra e suas funestas conseqüências. “Não se fez uma guerra, subordinada a preceitos invioláveis – fez-se uma diligência policial com oito mil homens” (Id, p, 79). Significa dizer que, destituídos dos preceitos invioláveis, a campanha de Canudos desenrolou-se sobre a barbárie. “Perdido no deserto, jungido a provações imensas, muitas vezes sem os mais elementares recursos e sob o ataque persistente e traiçoeiro do inimigo, o soldado brasileiro jamais patenteará abnegação maior” (CUNHA, 2000, p. 79-80). A ausência dos recursos mais elementares para a realização da campanha parecerá a Euclides da Cunha a Guerra de Canudos como um exemplo único na história. “Dificilmente se encontra, folheando a história inteira, um exército que, já quase faminto de véspera e extenuado de combates, se bate durante catorze horas, da madrugada à noite, sem tomar sequer uma gota de água” (CUNHA, 2000, p. 80). Sobre as condições de penúria dos combatentes, Euclides da Cunha escreve ainda na reportagem do dia 20 de agosto: “é o combate tenaz, inglório e assustador, a um inimigo que morre e revive todos os dias, envolvendo nos mesmos transe amigos e adversários – a fome” (CUNHA, 2000, p. 114).

O discurso euclidiano é desconstrutor, pois inverte os elementos. O soldado construído discursivamente para representar o herói nacional surge aos trapos, “turmas extenuadas de *retirantes*” (Id, p, 77), ao invés de um exército. Emerge faminto, aos trapos, trôpego, vítima obscura de um dever republicano. A incoerência da guerra canudense, os seus inúmeros erros, o seu aspecto amoral e absurdo surge logo nas reportagens enviadas da Bahia, nos telegramas escritos ao longo da campanha. *Os sertões*, publicado cinco anos após ter findada a guerra, emergiu como o livro-vingador euclidiano. Nele, a luta é levada às últimas conseqüências. Surge a degola conhecida como *gravata vermelha*, prática cometida pelos soldados da tropa, que degolaram

incontáveis conselheiristas. Surge um outro Brasil até então desconhecido. Surge o brasileiro, sertanejo, vaqueiro e jagunço, que se entrega para a luta, o seu sangue, por ideais que o Brasil do litoral não poderia compreender. Ao trazer à tona a questão da profunda ignorância sobre um Brasil do interior que não é separado pelo litoral, mas por três séculos, Euclides da Cunha constrói a terra, o homem e a luta como uma grande questão para o Brasil e os brasileiros. Em *Os sertões*, as relações estratégicas e de poder existentes entre a igreja católica, os senhores das terras e os políticos que fazem com que os discursos oficiais sejam tecidos sofrem o destecimento euclidiano, que clarifica e obscurece o palco dos acontecimentos da guerra.

Ao invés de uma visão determinista no que diz respeito ao desfecho da guerra, Euclides da Cunha observa que o inesperado é um fator de extrema importância no que concerne à luta. Assim, escreveu: “o imprevisto tem exercido sobre a nossa existência política uma ação tão persistente que deve entrar como elemento preponderante em todas as combinações; é preciso contar com ele; é preciso esperar – o inesperado...” (CUNHA, 2000, p. 82).

Cabe observar as impressões, nas palavras de Euclides, “desencontradas”, que o trespassam ao longo da campanha. Há um desses momentos na reportagem do dia 20 de agosto. Momento em que o narrador euclidiano revisita o passado reconstruindo o presente ao retornar. Pode-se observar claramente nessa passagem o que muito já foi discutido sobre o caráter iluminador do acontecimento. O seu caráter de iluminação diz, exatamente, de um processo de reconstrução do passado/futuro a partir de um presente evenemencial, a partir de Louis Quéré. Euclides da Cunha escreveu a respeito de sua visita ao Mosteiro de São Bento, lugar onde estavam sendo cuidados os feridos, que retornavam da frente de batalha:

Atravessei as naves extensas, cautelosamente, a passos calculados, olhos fixos no chão, procurando não pisar as lajes tumulares sobre as quais indiferentes pisam todos os devotos e onde se lêem ainda, semi-apagadas pelo atrito persistente das botas, nomes entre os mais velhos da nossa história. – E despeando-me de todo do objetivo que me levava até ali -, acurvado sobre as lousas que aparecem como palimpsestos de mármore mal descobertos rememorando remotíssimos dias, permaneci longo tempo, absorto. Que transição enorme em cinco minutos apenas, nesse passar insensível e rápido, ao descer uma escada, de um presente agitado e ruidoso à penumbra silenciosa do passado indefinido... (CUNHA, 2000, p. 112).

Esse momento de “impressões desencontradas” é bastante significativo por realizar a desconstrução dos discursos no que se referem ao passado/presente. O

passado emerge como indefinido e o presente como ruidoso e agitado, ambos imbuídos de sensações de incerteza. Passado e presente que necessitam ainda serem desvelados. Nessa passagem, o narrador euclidiano se despe dos discursos pré-concebidos. O passado, o antes-da-campanha, e o presente, o acontecer da guerra, surgem no discurso euclidiano requerendo ainda elucidação. Tanto é assim que o narrador se incomoda por sentir as impressões desencontradas; a desconstrução dos discursos é sofrida pelo narrador euclidiano. Assim, ele escreve ao final: “Felizmente, prosseguindo atingi insensivelmente a ampla portada e ao transpô-la, volvi, de chofre, ao presente” (Id, p, 112).

A reportagem do dia 19 de agosto traz outros desvelamentos sobre a campanha quando retrata a entrevista concedida por um adolescente conselheirista prisioneiro das tropas republicanas. As revelações concedidas pelo “jagunço adolescente” revelam Antônio Conselheiro e o perfil de seus homens combatentes. Revela o controle conduzido pelo Conselheiro em relação ao existir quotidiano do arraial, onde nada acontecia sem o consentimento do profeta. A entrevista revela que o arraial conselheirista, ao contrário de se compor de uma horda de criminosos e fanáticos, possuía organização própria. Carlos Marcos Avighi escreveu sobre a organização do arraial: “Apesar da chefia teocrática de Antônio Conselheiro, e a despeito da guerra, as obrigações sagradas eram cumpridas o mais de acordo possível, com sacerdote devidamente ordenado” (AVIGHI, 1987, p. 189). O sacerdote visitava o arraial de quinze em quinze dias e apesar de ser proibido de realizar os sermões rezava a missa, batizava e casava os conselheiristas. “Estes fatos relevantes da vida de Canudos – um relato que transcendia a mera operação de tropas e conferia ao conflito uma dimensão inteiramente inédita – não é encontrada em nenhuma outra reportagem” (AVIGHI, 1987, p. 189). No que diz respeito à relevância histórica da reportagem do dia 19 de agosto, de Euclides da Cunha, Avighi escreveu: “Seguramente o jornalista sabia da relevância em relatar o dia-a-dia de Canudos, tanto é que deixou para o fim desta reportagem de 19 de agosto, e em espaço bem menor, as informações acerca dos recursos bélicos dos conselheiristas” (AVIGHI, 1987, p. 189).

A fala do jagunço adolescente também desmonta o discurso defendido sobre a inserção de um movimento monarquista ao lado de Conselheiro. Quando Euclides da Cunha questiona o jagunço sobre o porquê de sua luta, ou melhor, o que prometia o Conselheiro com a luta, com o tomar das armas, mesmo que o ato os conduzisse à morte, o jagunço, inesperadamente, respondeu: “Salvar a alma” (CUNHA, 2000, p.

111). No telegrama de 21 de agosto, Euclides escreveu sobre a carta redigida pelo coronel Carlos Teles para ser publicada no *Diário da Bahia*. Carlos Teles diz “não acreditar que haja intuítos monárquicos entre os fanáticos” (CUNHA, 2000, p. 241).

Carlos Marcos Avighi após refletir sobre o ofício do jornalismo realizado por Euclides da Cunha à época escreveu:

Conclui-se que, para Euclides da Cunha, a atualidade não se confundia com a superficialidade. Mesmo lutando com a carência de informações precisas sobre o andamento dos combates e a despeito da precariedade das fontes, o jornalista procurou as informações que pudessem conduzi-lo aos objetivos que o levaram a Canudos, de acordo com a linha editorial que de bom grado aceitara e ajudara a traçar. Na cobertura do conflito e no afã de iluminar suas origens, dirigiu-se aos arquivos públicos, onde encontrou os mais antigos registros sobre a presença de Antônio Conselheiro naquelas paragens. Documentos que na época eram excelentes subsídios para a cobertura de guerra, na medida em que propiciavam ao leitor uma visão mais profunda dos trágicos eventos sertanejos. Hoje constituem material de investigação histórica¹² (AVIGHI, 1987, p. 190).

Mas, a linha editorial de *O Estado de S. Paulo* não serviu como um caráter delimitador de seu trabalho, pois apesar de a opinião pública ter sido conduzida a odiar Antônio Conselheiro e os seus seguidores, Euclides da Cunha demonstra em suas reportagens o destecimento necessário para a compreensão da campanha. Em *Os sertões* o desvelamento atinge o limite. O livro-vingador euclidiano desconstrói todas as formações discursivas concernentes à terra, ao homem e à luta.

Chegara o momento de o repórter Euclides da Cunha acompanhar o palco dos acontecimentos *in loco*. Após ter passado quase um mês na capital baiana realizando as suas pesquisas nos arquivos públicos, entrevistando os oficiais e os feridos que retornavam da frente de batalha, Euclides da Cunha já se incomodava com a falta de informações sobre a guerra, que era para ele ainda um grande mistério. Sobre a incerteza da guerra de Canudos escreveu Avighi:

o fato singular, a guerra como tal, menos que por razões militares, não permitia entrever um desenlace previsível. Aliás, nem seu término. Lá estava, no vale do Vaza Barris, entalada entre as escarpas do Rosário e do Caipã, inacessível ainda, uma população em pé-de-guerra a enfrentar sucessivos batalhões aprestados com as armas mais modernas (AVIGHI, 1987, p. 210).

Assim, Euclides da Cunha partiria de Salvador no dia 30 de agosto, de trem, para Alagoinhas e Queimadas, e seguiria a cavalo para Tanquinho, Cansação,

¹² Carlos Marcos Avighi observa ainda que apesar de jornalismo e história possuírem diferenças no que se refere à natureza de seu trabalho há encontros e semelhanças notáveis.

Quirinquinquá e Monte Santo. O repórter Euclides da Cunha chegaria ao arraial de Canudos somente no dia 16 de setembro, onde ficaria até o dia de sua partida em 3 de outubro. A guerra canudense teve o seu desenlace no dia 5. Em relação às suas reportagens, a maioria “descreve a viagem e vai sendo datada de várias etapas. Poucas vêm propriamente de Canudos, o que espicaçou as mais variadas hipóteses, inclusive de extravio de algumas matérias” (GALVÃO, 2000, p. 15).

3.4.

A problematização discursiva euclidiana

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha problematiza, dentre tantas outras coisas, a questão da raça que morre, do Brasil e do extermínio do povo sertanejo pelo seu próprio povo. Explorou, nas reportagens escritas ao longo da campanha, a região onde foi palco da guerra, a fome dos soldados, a degola cometida contra os sertanejos e a feroz resistência canudense. Ainda em *Os sertões*, o narrador euclidiano, no entanto, torna-se muito mais incisivo não se abstendo de pronunciar: “O povoado, triste e de todo decadente, reflete o mesmo abandono, traindo os desalentos de uma raça que morre, desconhecida à história, entre paredes de taipa” (CUNHA, 2003, p. 322).

Na reportagem de 7 de setembro, por exemplo, escrita em Monte Santo, Euclides da Cunha faz rápida referência à prática da degola dos oficiais republicanos.

Antônio Conselheiro percebeu as desvantagens de uma luta leal e franca com os nossos soldados – e declarou solenemente aos bárbaros que o combatente degolado não teria as recompensas de uma vida futura. Daí a celeridade com que fogem os *jagunços* quando ao toque de *degola!* os soldados se embrenham de baionetas caladas pelas caatingas. Os resultados desse estratagema têm sido, como é sabido, extraordinários (CUNHA, 2000, p. 168).

Em *Os sertões*, os bárbaros, ao contrário de serem os jagunços, são os degoladores, os oficiais republicanos. Em seu livro-vingador, Cunha diz claramente que apesar de os sertanejos situarem-se há três séculos de atraso em relação à contemporaneidade, não foram capazes da ação barbaresca dos soldados republicanos. A degola em *Os sertões* surge legitimada pelos oficiais, como uma prática sancionada.

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta,

degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão.

Um golpe único, entrando pelo ventre. Um destripamento rápido...

Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades (CUNHA, 2000, p. 698).

No livro-vingador, o narrador euclidiano denuncia a repugnante prática dos oficiais, trazendo à tona a barbárie da guerra sancionada pelo Estado. A feição misteriosa da guerra configurava-se como feroz resistência do jagunço; resistência que ninguém poderia prever, sem falar na impressionante fartura de munições, que acabavam por fazer persistirem as suspeitas de uma interferência monarquista no palco da guerra. Na reportagem de 27 de setembro, Euclides escrevia sobre a situação desesperadora do inimigo sitiado: “... deve ser cruelíssimo o martírio dessa gente indomável e custa a compreender a energia soberana que os alevanta por tal modo acima das imposições mais rudes da matéria” (CUNHA, 2000, p. 193). Avighi comenta o trecho euclidiano: “Tamanha resistência explicava-se pela absoluta falta de opção, visto que a rendição seria a morte certa pela degola, prática que horrorizou Euclides da Cunha e outros correspondentes em Canudos” (AVIGHI, 1987, p. 244). Tanto foi assim que o desenlace do confronto foi exposto por Euclides da Cunha em *Os sertões* e, anos depois, transcrito em bronze no Memorial de Canudos.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam ruidosamente cinco mil soldados (CUNHA, 2003, p. 756).

Segundo Carlos Marcos Avighi, o jornalista Euclides da Cunha “se distanciava dos testemunhos oficiais, que já o haviam embaraçado em Salvador, e passava a reportar o que via e o que compartilhava com a tropa” (AVIGHI, 1987, p. 212-213). Pois, para ele, isso era sim o novo, a notícia. Avighi ainda expõe que o foco das reportagens está “na vivência do repórter no meio ambiente da guerra” (Idem, 213), procurando transmitir a peleja dos que ali estavam. O cenário e o drama de Canudos eram bem mais importantes que o movimentar das tropas e o carregamento das munições puxadas a burro. Assim, Avighi escreveu:

a economia de palavras sublinhava a tragédia de mulheres e de crianças prisioneiros e a aflição de soldados. As fontes do jornalista, portanto, eram os lugares pelos quais

passava, as paisagens, as cenas que assistia. Não interpretando a campanha como mera operação militar, dava realce a episódios cotidianos que encerravam a dimensão humana das pessoas colhidas pela tragédia (AVIGHI, 1987, p. 213).

Nas reportagens que escreveu da base de operações em Monte Santo, o jornalista expõe as condições bizarras da campanha, argumentando que apesar de não faltarem homens dispostos a morrer à bala pelos ideais da República, esta “é que não lhes pode exigir o sacrifício da morte pela fome” (CUNHA, 2000, p. 171). E diz ainda: “Os 2 mil homens prontos a partir, por uma inversão notável imposta pelos acontecimentos, ao invés de auxiliares serão concorrentes prejudiciais num combate surdo com a penúria” (Idem, 171-172). Segundo Cunha, as condições de penúria da tropa deveram-se à escolha de Monte Santo como o lugar de base de operações, pois era um espaço encravado no deserto e de difícil acesso.

Mas a argumentação sobre o caráter humano da guerra, no que diz respeito à reflexão sobre os jagunços e a tentativa de se compreender o porquê de sua luta, como a exposição sobre o fanatismo dos soldados em luta pelos ideais republicanos, só vão ser expostas em *Os sertões*. Em sua obra maior, Euclides da Cunha despiu-se de todas as concessões referentes à República trazendo à baía o fanatismo dos soldados e as suas barbáries contra os sertanejos que lutavam em defesa da invasão de suas casas, crenças e cultura.

Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamolgável. Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a effigie do marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro... (CUNHA, 2003, p. 583).

Em *Os sertões* fica evidente o des-tecer das camadas discursivas dos discursos oficiais, quando o Euclides escritor despe-se de sua responsabilidade de jornalista correspondente pelo *O Estado de S. Paulo* e adido do ministro da guerra. Nesse fragmento, por exemplo, Euclides da Cunha problematiza o fanatismo jagunço/soldado. Quem é o fanático? É o jagunço ou o soldado, ou são ambos? Em *Os sertões*, a problematização discursiva sobre a guerra, os seus antecedentes, a terra e o homem,

rompe definitivamente com o discurso oficial, por a Guerra de Canudos surgir como pergunta. O passado se des-constrói para ser novamente re-constituído a partir do presente evenemencial, que re-constrói o futuro. *Os sertões* euclidiano ilumina o acontecimento de Canudos em seu caráter de velar/desvelar a guerra, em uma perspectiva incessante de passado/futuro a partir do presente, de Louis Quéré.

Cabem as considerações do narrador euclidiano em *Os sertões*:

O caso, vimo-lo anteriormente, era mais complexo e mais interessante. Envolve dados entre os quais nada valiam os sonâmbulos erradios e imersos no sonho da restauração imperial. E esta insciência ocasionou desastres maiores que os das expedições destroçadas. Revelou que pouco nos avantajávamos aos rudes patricios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez — bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas.

Reagiu. Era natural. O que surpreende é a surpresa originada por tal fato. Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada e sem número das nossas tradições. Só sugeria um conceito — e é que, assim como os estratos geológicos não raro se perturbam, invertidos, sotopondo-se uma formação moderna a uma formação antiga, a estratificação moral dos povos por sua vez também se baralha, e se inverte, e ondula riçada de sinclinais abruptas, estalando em *faults*, por onde rompem velhos estádios há muito percorridos.

Sob tal aspecto era, antes de tudo, um ensinamento e poderia ter despertado uma grande curiosidade. A mesma curiosidade do arqueólogo ao deparar as palafitas de uma aldeia lacustre, junto a uma cidade industrial da Suíça...

Entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmo-las, corrigirmo-las ou anularmo-las. Não entendemos a lição eloqüente.

Na primeira cidade da República, os patriotas satisfizeram-se com o auto-de-fé de alguns jornais adversos, e o governo começou a agir. Agir era isto — agremiar batalhões (CUNHA, 2003, p. 454-455).

Segundo Ariano Suassuna, o que houve em Canudos foi o “choque do Brasil ‘oficial e mais claro’ contra o Brasil ‘real e mais escuro’” (SUASSUNA, 2002, p. 21). Para ele o fenômeno continua a ocorrer ainda hoje no campo e nas grandes cidades brasileiras. Dizer sobre o Brasil ‘oficial e mais claro’ não significa dizer, para Suassuna, “caricato e burlesco”, como disse Machado de Assis em um momento de indignação justa. Do Brasil ‘oficial e mais claro’ participaram nomes do “Patriciado do tempo de Euclides da Cunha: civis e políticos como Prudente de Moraes, ou militares como o marechal Machado Bittencourt” (SUASSUNA, 2002, p. 21). De acordo com Suassuna: “Bem intencionados mas cegos, honestos mas equivocados, estavam convencidos de que o Brasil real de Antônio Conselheiro era um país inimigo que era necessário

invadir, assolar e destruir” (Idem, 21). O civil que reparou o doloroso erro foi Euclides da Cunha, segundo Suassuna, e o militar, o Major Henrique Severiano, que se tornou herói de Canudos, pelo lado do exército. Tanto foi assim que o narrador euclidiano expôs o salvamento da criança conselheirista pelo Major Severiano no incêndio acontecido nos últimos dias da Guerra de Canudos.

O comandante do 25º, major Henrique Severiano, teve idêntico destino. Era uma alma belíssima, de valente. Viu em plena refrega uma criança a debater-se entre as chamas. Afrontou-se com o incêndio. Tomou-a nos braços; aconchegou-a no peito – criando com um belo gesto carinhoso o único traço de heroísmo que houve naquela jornada feroz – e salvou-a. Mas expusera-se. Baqueou, malferido, falecendo poucas horas depois (CUNHA, 2003, p. 741).

Esta é a imagem do militar simbólico, para Ariano Suassuna, “emblema do verdadeiro soldado brasileiro, capaz de apoiar um movimento em favor do povo, também simbolicamente representado aí por essa criança, iluminada entre as chamas do seu martírio” (SUASSUNA, 2002, p. 22).

Euclides da Cunha embarcou no *Espírito Santo* carregado do Brasil oficial, mas ao percorrer os sertões do Brasil “viu-se encandeado e ofuscado pelo Brasil real de Antônio Conselheiro e seus seguidores” (Id, p. 22). O percurso da campanha constituiu-se como travessia, devir, de Euclides da Cunha, que passo a passo foi se despidendo, transformando-se, pelo contato com um outro Brasil que a ele se revelava.

Sua intuição de escritor de gênio e seu nobre caráter de homem de bem colocaram-no imediatamente ao lado dele, para honra e glória sua. Mas a revelação era recente demais, dura demais, espantosa demais. De modo que, entre outros erros e contradições, só lhe ocorreu, além da corajosa denúncia contra o crime, pregar uma ‘modernização’ que consistiria, finalmente, em conformar o Brasil real pelos moldes da Rua do Ouvidor e do Brasil oficial (SUASSUNA, 2002, p. 22).

Ariano Suassuna apropriou-se do pensamento de Machado de Assis para compreender o processo histórico brasileiro. Machado, ao ter criticado o governo brasileiro e a sua má política de modo ácido, explicou-se dizendo que a sua atitude não se configurava em desprezo ou desdém pelo país real, mas sim pelo oficial, burlesco e caricato. O real, não, constituído pelo povo, era bom. Para Suassuna, Euclides da Cunha parece ter realizado a mesma distinção de Machado de Assis ao ter percebido um Brasil oficial, da Rua do Ouvidor, urbana e desejosa de se tornar cosmopolita e um Brasil real, “emblema bruto e poderoso do Sertão” (SUASSUNA, 2002, p. 22). Refletindo sobre a questão posta por Machado e Euclides, Ariano Suassuna percebeu que se a sua intenção era a de seguir com o ensinamento de seus mestres, deveria avançar com a discussão.

O Brasil real teria, na verdade, não um, mas dois emblemas, pois os arraiais do Sertão tinham seus equivalentes urbanos nas Favelas da Cidade; e se o povo do Brasil real era aquele que habitava as Favelas urbanas e os Arraiais do campo, o Brasil oficial tinha seus símbolos mais expressivos nos Bancos e no Palácio do Governo, onde reinam os presidentes e seus ministros (SUASSUNA, 2002, p. 23).

Uma vez atingida tal evidência, Ariano Suassuna começou a buscar a origem do nome *favela*, “aplicado aos lugares onde moram os pobres das nossas grandes cidades” (Idem, 23). “Lembrei-me de que ‘favela’ é uma planta típica das caatingas e carrascais do nosso sertão do Nordeste”. E ao seguir com as suas buscas diz ainda: “Lembrei-me, também, de que, em Canudos, o grosso da artilharia que atirava sobre o arraial conselheirista ficava num certo ‘Morro da Favela’” (SUASSUNA, 2002, p. 23). O escritor se pergunta: teria surgido o nome a partir daí? Será que foram os soldados cariocas, membros de um Brasil real como o de Conselheiro, que após terem retornado da guerra perceberam em suas casas a semelhança com o arraial conselheirista e assim a nomearam? Cabem as palavras de Suassuna:

Durante muito tempo minha suspeita ficou sem confirmação. Mas, num ‘sebo’ do Recife, comprei o livro *Antônio Conselheiro e Canudos*, de Ataliba Nogueira. E lá encontrei o que procurava. Falando sobre as atividades do arraial, diz o autor: ‘O grosso da população de Belo Monte trabalha na indústria da pele de cabra. (...) Num dos morros do povoado vão buscar a casca da favela. Por extensão de sentido aplica-se ao morro o nome dessa árvore ali abundante e cuja casca tem bom emprego na indústria do curtume. E, após a guerra de Canudos, no Rio de Janeiro, passaram a denominar favela a toda e qualquer casaria paupérrima situada no dorso dos morros’ (SUASSUNA, 2002, p. 23).

Estava descoberta a ligação entre os dois emblemas brasileiros: o urbano e o rural, o arraial no campo e a favela na cidade. Tocamos, nesse momento, no ponto de ligação que há entre os nossos objetos de pesquisa. Uma vez que nos propusemos a pensar as formações discursivas, os efeitos de verdade, em *Os sertões* e o *Abusado*, pusemos inerente à nossa questão a do Brasil do arraial e a da favela nas grandes cidades. O percurso sobre o arraial e os sertões já foi percorrido. Resta-nos, agora, embrenharmos pelo universo das favelas, especialmente no que diz respeito ao morro Dona Marta, no Rio de Janeiro. Vejamos o que o jornalista-escritor Caco Barcellos nos reserva.